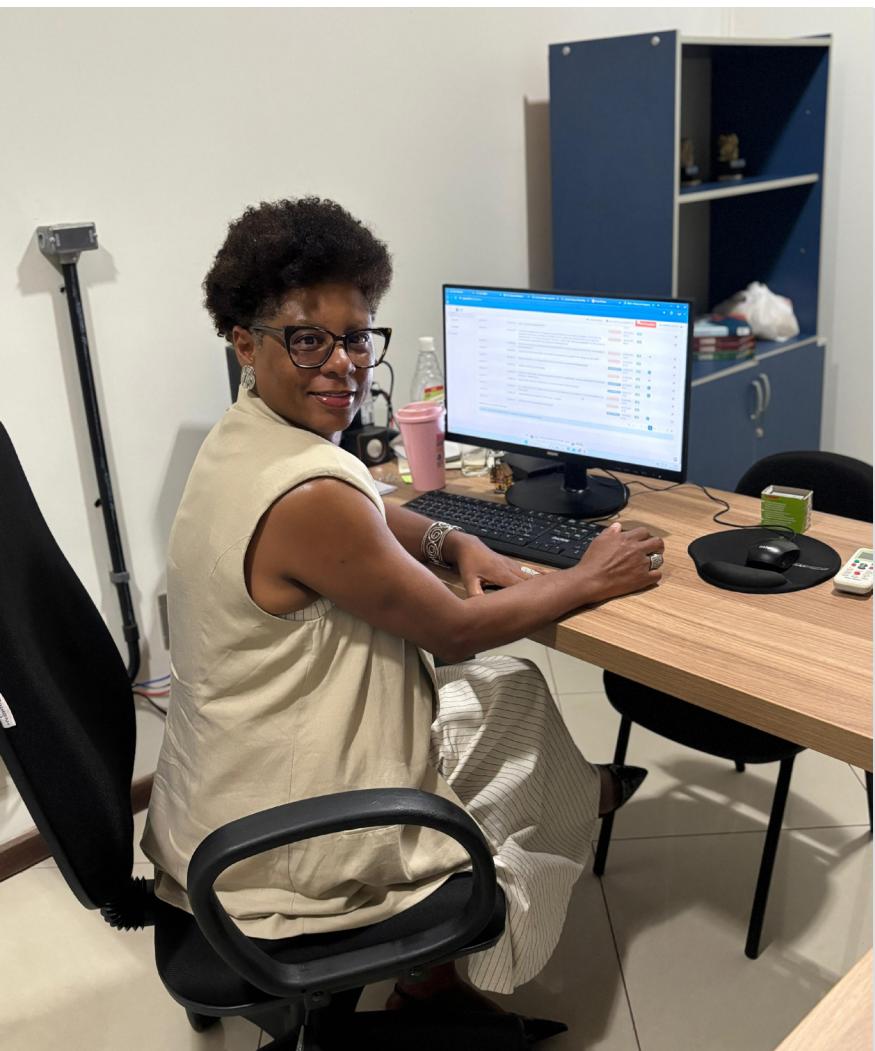


Jornal do Sudoeste

A P E N A S A V E R D A D E



Racismo vai além da cor: envolve origem, gênero e papéis sociais, aponta Professora Doutora Luciana Pereira.

Págs. 28 a 33

Graves denúncias contra autoridades judiciais de Riacho de Santana desafia resposta institucional

Págs. 18 e 19

Jovem denuncia negligência em parto no Hospital Municipal de Tanhaçu

Págs. 12 e 13



Tribunal de Contas suspende contratações temporárias irregulares na gestão de Piripá

Pág. 09

MP denuncia nepotismo e pede exoneração de irmã do prefeito de Muquém do São Francisco

Pág. 07

Saúde humanizada: Itapetinga ganha Núcleo de Oncologia

Pág. 15

Prefeito de Barra da Estiva sofre sanção do TCM por irregularidades em contratações

Pág. 05

O Jornal do Sudoeste, o JS Notícias, o Portal Jornal do Sudoeste hospedado em <http://www.jornaldosudoeste.com> e todos as demais redes sociais cujos endereços eletrônicos são identificados pela terminação ".jornaldosudoeste.com", são mantidos AGÊNCIA SUDOESTE – JORNALISMO, ASSESSORIA E PESQUISAS LTDA, com sede na rua Miguel Mirante - 236, Centro, Brumado/BA, Brasil, CEP 46.100-149 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.607.622/0001-20

EDITORIAL

ANTÔNIO LUIZ

Editor@jornaldosudoeste.com

Prisão de Jair Bolsonaro e Militares de alta patente simboliza vitória da democracia

Na terça-feira (25 de novembro), a prisão do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PL), de militares de alto escalão - entre eles os Generais do Exército Walter Braga Neto, Augusto Heleno Ribeiro Pereira e Paulo Sérgio Nogueira, e o Almirante da Marinha Almir Garnier Santos - além do ex-ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Anderson Gustavo Torres, condenados por tentativa de golpe de Estado, representa um momento decisivo na trajetória da democracia brasileira.

¶ A decisão judicial reafirma o compromisso do Estado com a legalidade, a justiça e a soberania popular, enviando uma mensagem inequívoca que atitudes antidemocráticas não mais serão toleradas. Ao mesmo tempo reforça que a democracia não é um bem garantido; exige vigilância permanente, Instituições sólidas e a coragem de responsabilizar aqueles que atentam contra sua estabilidade.

”

“A decisão judicial reafirma o compromisso do Estado com a legalidade, a justiça e a soberania popular, enviando uma mensagem inequívoca que atitudes antidemocráticas não mais serão toleradas. Ao mesmo tempo reforça que a democracia não é um bem garantido; exige vigilância permanente, Instituições sólidas e a coragem de responsabilizar aqueles que atentam contra sua estabilidade. Ao punir indivíduos que, por ação ou omissão, ameaçaram o regime democrático, fortalece-se a base de uma sociedade que valoriza o Estado de Direito e os princípios constitucionais.

Esse episódio reforça a relevância de uma Justiça independente e atuante, capaz de agir sem interferências políticas e assegurar que os responsáveis por tentativas de golpe enfrentem as consequências de seus atos. Demonstra, ainda, que a democracia brasileira dispõe de mecanismos de defesa e reparação frente a ameaças internas, consolidando a confiança da sociedade em sua continuidade.

¶ É essencial que a sociedade civil, as Instituições e os cidadãos mantenham-se vigilantes e comprometidos com a defesa dos valores democráticos. A responsabilização dos envolvidos — assim como daqueles que ainda terão de arcar com as mesmas consequências — constitui um passo fundamental para o fortalecimento da democracia, tornando-a mais resiliente frente a retrocessos e investidas autoritárias.

”

É essencial que a sociedade civil, as Instituições e os cidadãos mantenham-se vigilantes e comprometidos com a defesa dos valores democráticos. A responsabilização dos envolvidos — assim como daqueles que ainda terão de arcar com as mesmas consequências — constitui um passo fundamental para o fortalecimento da democracia, tornando-a mais resiliente frente a retrocessos e investidas autoritárias.

Vale lembrar que esse desfecho poderia ter sido evitado ou desencorajado se, em 1979, o então ditador de plantão, que respondia pela “presidência” da República, João Batista de Oliveira Figueiredo, não tivesse sancionado a Lei nº 6.683/79, a chamada Lei da Anistia. Formatada para perdoar agentes do regime militar responsáveis utilizar a estrutura do Estado para o cometimento de crimes hediondos — tortura, assassinatos, sequestros e ocultação de cadáveres — além de beneficiar opositores, facinoras como eles, que também recorreram a práticas violentas — assassinatos, sequestros de autoridades e assaltos a Instituições Financeiras — o ditador perpetuou a impunidade e alimentou a reincidência de práticas golpistas.

Por isso, a decisão do Supremo Tribunal Federal, pautada pelo respeito à presunção de inocência e à ampla defesa, deve ser celebrada como um marco histórico. Ela reafirma que, na democracia, o respeito às Instituições e às Leis deve prevalecer sobre interesses pessoais ou de grupos que buscam o poder a qualquer custo. Somente assim será possível construir um país mais justo, livre e democrático para as futuras gerações.

CONSELHO EDITORIAL
Antônio Luiz da Silva
Antônio Novais Torres
Leonardo Santos

EDITOR EXECUTIVO/DIRETOR DE REDAÇÃO
Antônio Luiz da Silva
(77) 99838-6283 - (77) 99119-6080
editor@jornaldosudoeste.com

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Júlia Coqueiro Silva
(77) 99804-6247
secretaria@jornaldosudoeste.com

CHEFE DE REDAÇÃO ADJUNTA
Gabriela Oliveira de Jesus
(77) 98816-6680
reportagem@jornaldosudoeste.com

REPORTAGEM
Cássio Silva Bastos - (77) 99919-1997
cassiobastos_45@gmail.com
Evandro dos Santos Braz - (77) 99940-6496
esbraz@hotmail.com
Jailton Neri dos Santos
jailtonneri@outlook.com.br
Lucimar Almeida da Silva - (77) 99195-2858
lucimaralmeidajs@gmail.com

COMUNICAÇÃO VISUAL/ ESTRATÉGIA DIGITAL/SOCIAL MEDIA
DESIGNER GRÁFICO
Maria Cristiane da Silva
(77)99967-2218
diagramacao@jornaldosudoeste.com

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
Maria Augusta dos Santos e Silva
(77) 99838-6265
augusta@jornaldosudoeste.com

REDAÇÃO
(77) 99872-5689
reportagem@jornaldosudoeste.com
jornalismo@jornaldosudoeste.com
redacao@jornaldosudoeste.com
erramos@jornaldosudoeste.com

CONTATO DIRETO – SUGESTÃO DE PAUTAS
(77) 99838-6283
(77) 98816-6680
editor@jornaldosudoeste.com
reportagem@jornaldosudoeste.com

 jsudoestebahia
 jornaldosudoeste
 @JornaldoSudoestecanaljs
 www.jornaldosudoeste.com
 (77) 99872-5389
 @jornalsudoestebahia

O Jornal do Sudoeste não mantém vínculo de qualquer espécie com seus colaboradores (articulistas), sendo da responsabilidade de cada um deles o conteúdo de seus textos

o Contas Públicas

Tribunal de Contas dos Municípios aprova contas da Prefeitura de Aracatu, mas multa prefeita e exige devolução de mais de R\$ 54 mil aos cofres do Fundeb

■ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia embora emitindo Parecer Prévio recomendando a Câmara Municipal de Aracatu a aprovação das contas do exercício financeiro de

2024 da Prefeitura Municipal, determinou que a prefeita Braulina Lima Silva (PV), providencie a restituição de R\$ 54.691,69 com recursos municipais aos cofres do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento

da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). A gestora também foi multada em R\$ 1 mil por irregularidades identificadas durante a análise das contas.



FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS.

As contas de 2024 da Prefeitura de Aracatu foram aprovadas, mas o TCM multou a prefeita Braulina Lima Silva (PV) e exigiu ressarcimento de mais de R\$ 54 mil aos cofres do Fundeb.

O voto vencedor foi proferido pela Conselheira Aline Fernanda Almeida Peixoto, relatora do Processo no Colegiado de Contas, e contou com o acompanhamento dos Conselheiros Ronaldo Nascimento

de Sant'Anna e Paulo Fernando Rangel de Lima. O Conselheiro Plínio Carneiro Filho esteve ausente na sessão, que foi presidida pelo Conselheiro Nelson Vicente Pellegrino.

O Ministério Público de Contas participou da sessão por meio da Procuradora Aline Paim Monteiro Rego Rio Branco, que acompanhou o julgamento.

Ainda cabe recurso da decisão.

OUTRO LADO

Ouvida pela reportagem do **JS**, a prefeita Braulina Lima Silva (PV) afirmou discordar do posicionamento adotado pelo Tribunal de Contas dos Municípios. Ressaltou que após consulta à Assessoria Técnica Contábil da Prefeitura Municipal decidiu recorrer da decisão e solicitar a reavaliação dos Processos de Despesas referentes às aplicações em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, que, segundo ela, teriam sido interpretados de forma equivocada pelo Colegiado de Contas.

A prefeita informou ainda que, no recurso a ser protocolado junto ao Tribunal de Contas dos Municípios, a Administração Municipal apresentará justificativas para comprovar a regularidade da aplicação do montante questionado e buscar o reconhecimento da legitimidade dos investimentos realizados.

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS



A não aplicabilidade da Lei Magnitsky no Brasil

O Ministro Gilmar Mendes declarou que deve haver uma lei proibindo a aplicação da Lei Magnitsky no Brasil. Tenho grande admiração e já escrevo livros com ele, pois somos amigos há 45 anos. Ainda assim, tenho a certeza de que essa lei não é aplicável no país, razão pela qual, a meu ver, não há necessidade dessa proibição. Ora, a Lei Magnitsky não tem efeito na legislação brasileira, diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos.

Entretanto, o que pode acontecer – dependendo da forma como a Lei Magnitsky for aplicada pelo governo americano – é que atinja as empresas que trabalham tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil.

Tem razão o Ministro Gilmar Mendes ao dizer que a referida lei não é aplicável e não pode ser aceita no Brasil. Contudo, as empresas que trabalham nos dois países podem enfrentar problemas, pois se o governo americano for ao extremo de exigir que tais empresas se sujeitem a essa lei no território brasileiro – desobedecendo, portanto, no Brasil, o que é imposto às empresas americanas em relação a uma condenação –, poderão ser multadas, prejudicadas e até proibidas de trabalhar nos EUA.

Não há, entretanto, ferimento à soberania nacional de qualquer país. Se as empresas que estiverem no Brasil entenderem que serão prejudicadas porque negociam nos Estados Unidos, e estes limitarem suas atividades por força da Lei Magnitsky, caberá a elas decidirem se aceitam ou não essa exigência e, não aceitando, arcar com as consequências nos EUA.

Se não aceitarem e os Estados Unidos quiserem puni-las, terão a opção de deixarem de atuar naquele país. Se as empresas aceitarem, significa que aplicarão no Brasil aquilo que é imposto pelo governo americano, a fim de não serem prejudicadas nos Estados Unidos.

Reitero que a soberania não está em jogo e o Ministro Gilmar Mendes tem razão, mas não é necessária norma alguma para dizer que a Lei Magnitsky não é aplicável no Brasil.

Outra coisa são as consequências para as empresas que optarão por seguir o regime americano, trabalhando ou tendo relações nos Estados Unidos. São, pois, essas empresas que podem sofrer as sanções nos Estados Unidos, com reflexos para todos os países do mundo.

Isso é bom esclarecer para não dar a impressão de que está ocorrendo interferência internacional em território brasileiro. Resumindo, no Brasil, aplicam-se as leis brasileiras; nos Estados Unidos, as leis americanas, sendo que a Lei Magnitsky permite que se apliquem sanções a empresas que lá trabalham.

Embora a lei não tenha efeito per se no Brasil, as decisões tomadas por empresas multinacionais em face das sanções americanas criam um precedente de adequação voluntária a uma norma estrangeira. Esse alinhamento, motivado pela necessidade de acesso ao mercado dos EUA, não deve ser confundido com a recepção formal da Lei Magnitsky pelo sistema legal nacional, mas sim como uma consequência da globalização econômica e da interconexão financeira.

Ademais, é fundamental considerar a perspectiva da nossa política externa e das relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos diante de tais cenários. Caso o governo americano intensifique a aplicação extraterritorial de suas sanções, levando a um impacto significativo em empresas sediadas no Brasil que operam nos EUA, o Brasil poderá se sentir compelido a tomar medidas protetivas, não necessariamente para “proibir” a Magnitsky, mas para salvaguardar o ambiente de negócios nacional contra o que poderia ser visto como uma pressão indevida.

Isso que é importante realçar, para que não reste nenhuma dúvida de que a soberania brasileira está garantida.

○ CONTRATAÇÕES IRREGULARES

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS Multa Prefeito de Barra da Estiva por contratações irregulares sem seleção pública

■ DA REDAÇÃO *

redacao@jornaldosudoeste.com

O Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia considerou procedente o Termo de Ocorrência contra o prefeito de Barra da Estiva, Uilson Robson – Wilson do Café – Silva Alves (PSD). A decisão foi proferida no último dia 5, durante sessão da 1ª Câmara Julgadora do órgão.



Por realizar contratações irregulares, o prefeito de Barra da Estiva, Uilson Robson – Wilson do Café – Silva Alves (PSD), foi multado pelo Tribunal de Contas dos Municípios.

De acordo com a Corte de Contas, a Prefeitura Municipal de Barra da Estiva realizou 667 contratações temporárias no primeiro trimestre de 2025 sem a realização de Processo Seletivo Simplificado ou qualquer forma de Chamamento Público. A prática viola o Artigo 37 da Constituição Federal, que estabelece os Princípios da Legalidade e Impessoalidade na Administração Pública.

Pela irregularidade, o gestor foi multado em R\$ 2,5 mil. As contratações envolveram cargos já existentes na estrutura administrativa municipal, que deveriam ser preenchidos por meio de concurso público.

O relator do Processo no Colegiado de Contas, Conselheiro Substituto Antônio Carlos da Silva, recomendou que o município elabore um Plano de Cargos e Salários e adote medidas para garantir que futuras admissões estejam em conformidade com a legislação.

A decisão do Tribunal de Contas dos Municípios ainda cabe recurso por parte do gestor municipal.

OUTRO LADO

Em sua defesa, no Tribunal de Contas dos Municípios, o prefeito alegou que as admissões foram necessárias para evitar a interrupção de serviços essenciais, mas reconheceu a necessidade de regularização por meio de concurso.

A reportagem do JS buscou, sem êxito, ouvir o prefeito Uilson Robson – Wilson do Café – Silva Alves (PSD), com a intenção era obter sua manifestação sobre a decisão do Tribunal de Contas dos Municípios, bem como esclarecer quais medidas já foram adotadas – ou serão – para tentar reverter a multa aplicada, bem como informar sobre a existência de planejamento para a realização de concurso público.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA



FOTOS: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

O atual e o ex-presidente da Câmara de Correntina, Jenivaldo - Negão de Satu - Pereira dos Santos (União Brasil) e Nelson - Carinha - da Conceição Santos (PSD), foram sancionados pelo Tribunal de Contas dos Municípios por irregularidades na gestão do Legislativo municipal.

Tribunal de Contas dos Municípios aplica sanções a ex e atual presidentes da Câmara Municipal de Correntina por irregularidades administrativas

■ DA REDAÇÃO JS*
redacao@jornaldosudoeste.com

O Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia sancionou o atual e o ex-presidente da Câmara Municipal de Correntina, vereador Jenivaldo - Negão de Satu - Pereira dos Santos (União Brasil) e Nelson - Carinha - da Conceição Santos (PSD), respectivamente, após identificar uma série de irregularidades na gestão do Legislativo. A decisão foi tomada pela 1ª Câmara do Colegiado de Contas, que também encaminhou o caso ao Ministério Público Estadual.

O processo, relatado pelo Conselheiro Substituto Antônio Carlos da Silva, apontou práticas como criação ilegal de cargos comissionados, nepotismo e contratação de servidores sem qualificação técnica. Cada gestor foi multado em R\$ 1 mil.

Durante o mandato do ex-presidente da Casa Legislativa, Nelson - Carinha - da Conceição Santos (PSD), o número de cargos comissionados cresceu de forma considerada desproporcional. Em 2022, a Câmara tinha 105 servidores - 44 efetivos e 61 comissionados. No ano seguinte, foram abertas mais 15 vagas, elevando o total para 120 servidores, dos quais 76 eram comissionados. A proporção de cargos de livre nomeação saltou de 58,09% para 72,38%.

Auditores da Inspetoria Regional de Controle Externo que atuam na linha de frente da fiscalização municipal com a missão de verificar se a aplicação dos recursos públicos atende aos Princípios da Legalidade e Legitimidade, além de avaliar a eficiência e a economicidade das gestões, também destacaram que funções técnicas e permanentes, como Procurador e Assistente de Procuradoria, estavam sendo ocupadas por comissionados, prática considerada irregular por não se enquadrar nas atribuições típicas desses cargos.

Já na atual Administração do vereador Jenivaldo - Negão de Satu - Pereira dos Santos (União Brasil), o Colegiado de Contas considerou ilegal a contratação, sem Licitação, da irmã do vereador Jean Carlos - da Guarda - Pereira dos Santos (Progressistas), para serviços de Assessoria e consultoria jurídica. O colegiado entendeu que houve conflito de interesses e violação aos Princípios da Impessoalidade e Moralidade.

Além disso, foram identificadas nomeações sem comprovação de qualificação técnica para cargos como Assistente Técnico Contábil e Tesoureira, ocupados por Vanderlei Sales dos Santos, Joscimar Silva França e Lohane Almeida do Nascimento.

OUTRO LADO

A reportagem do JS não obteve retorno dos vereadores citados. Eles não foram localizados para comentar a decisão do Tribunal de Contas dos Municípios, apresentar contestação às alegações ou indicar eventuais medidas que pretendam adotar para reverter as penalidades.

○ NEPOTISMO/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

MINISTÉRIO PÚBLICO APONTA NEPOTISMO E SUGERE EXONERAÇÃO DE IRMÃ DO PREFEITO DE MUQUÉM DO SÃO FRANCISCO

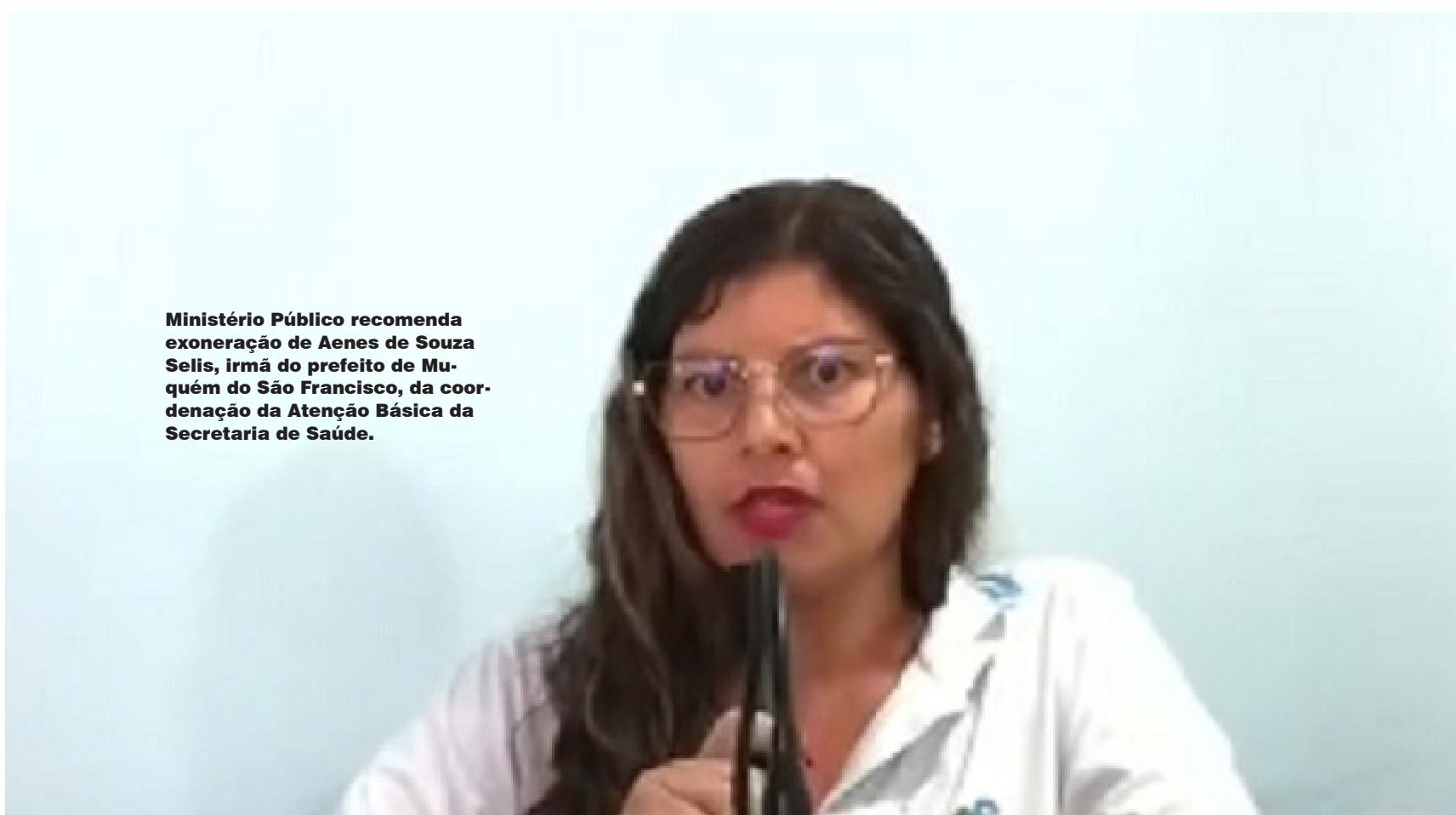
■ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O Ministério Público da Bahia, através 1ª Promotoria de Justiça de Ibotirama, por meio dos Promotores de Justiça Tahiane Stochero e Gilson Sacramento Amâncio da Silva, emitiu, no último dia 10, a Recomendação 06/2025, orientando o prefeito de

Muquém do São Francisco, Ailson de Souza Selis (Avante), a exoneração, no prazo de sessenta dias, de sua irmã, Aenes de Souza Selis, do cargo de Coordenadora da Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde.

Ministério Público recomenda exoneração de Aenes de Souza Selis, irmã do prefeito de Muquém do São Francisco, da coordenação da Atenção Básica da Secretaria de Saúde.



Segundo os Promotores de Justiça, a nomeação de Aenes de Souza Selis, efetivada no dia 28 de janeiro de 2025, configura prática de nepotismo, em desacordo com os Princípios da Impessoalidade, Moralidade e Eficiência que regem a Administração Pública. “A prática de nepotismo pode caracterizar ato de Improbidade Administrativa, na medida em que representa afronta aos princípios da ordem constitucional”, destaca o documento subscrito pelos Promotores de Justiça Tahiane Stochero e Gilson Sacramento Amâncio da Silva.

Na Recomendação, a 1ª Promotoria de Justiça de Ibotirama determinou ainda que a Administração Municipal recolha, no prazo de 20 dias, declarações assinadas por todos os servidores comissionados e

contratados. Os documentos devem atestar a inexistência de vínculos de parentesco, até o terceiro grau, com autoridades responsáveis pela nomeação ou com outros servidores da mesma esfera administrativa.

A medida também visa coibir práticas de nomeações cruzadas ou por troca de favores, reforçando o compromisso com a moralidade e a impessoalidade no serviço público. As declarações deverão ser encaminhadas diretamente ao Ministério Público para análise e eventual adoção de providências legais.

Os Promotores de Justiça advertiram que o descumprimento da Recomendação poderá resultar em medidas judiciais e administrativas contra a gestão municipal.

OUTRO LADO

A reportagem do JS não conseguiu contato com o prefeito de Muquém do São Francisco, Ailson de Souza Selis (Avante), para que pudesse se manifestar sobre a Recomendação do Ministério Público e indicar as medidas já adotadas ou previstas em relação ao caso.

O espaço permanece aberto caso o gestor queira se manifestar.

HENRIQUE MATTHIESSEN

Formado em Direito, Pós-graduado em Sociologia



O CEGO DO ÓBvio: quando a verdade se esconde no que é evidente.

(Frase inspiradora: “O óbvio é a verdade mais difícil de se enxergar.” — Clarice Lispector)

O óbvio tem um poder paradoxal: impõe-se pela clareza e, ao mesmo tempo, dissolve-se na familiaridade. Aquilo que está diante de nós — transparente e indiscutível — tende a se tornar invisível justamente por não exigir esforço para ser percebido. É nesse terreno da aparente simplicidade que se esconde uma das maiores armadilhas da consciência humana: confundir o que é visto com o que é compreendido. O olhar, por si só, não garante a visão. É preciso atravessar o espelho do costume para perceber o essencial.

Clarice Lispector, com sua sensibilidade filosófica, revela nessa frase um mistério da existência: a verdade não se disfarça — ela se revela demais. O excesso de presença a torna banal; o excesso de luz cega. A mente humana, acostumada a procurar o complexo, tende a desprezar o evidente. Buscamos significados nas sombras, nas entrelinhas, nas camadas profundas — e esquecemos que o essencial, como diria Saint-Exupéry, autor de *O Pequeno Príncipe*, é simples. O óbvio é o lugar onde a verdade repousa, mas é também onde a indiferença a adormece.

Vivemos em uma era saturada de informações e carente de percepção. Vemos tudo, mas não enxergamos nada. As palavras, as imagens e os gestos nos cercam, mas raramente detemos o olhar no que realmente importa. É mais fácil perder-se no labirinto das interpretações do que suportar a nudez do real. O óbvio exige coragem — a coragem de olhar o simples sem adornos, de reconhecer que, por trás daquilo que sempre esteve ali, há uma verdade que talvez preferíssemos não saber.

O óbvio é o espelho da consciência: quanto mais límpido, mais difícil de encarar. Por isso, tantas vezes, escolhemos a cegueira confortável em vez da lucidez dolorosa. Não enxergar o que é evidente é um modo de autopreservação — um gesto de resistência diante daquilo que ameaça desmontar nossas ilusões. Reconhecer o óbvio é admitir que o mundo não é tão enigmático quanto gostaríamos de crer — e que, muitas vezes, a verdade que procuramos com sofisticação filosófica já estava impressa na superfície da vida.

Há uma beleza trágica nessa constatação. A verdade não se esconde nos labirintos da metafísica, mas na rotina, no gesto repetido, na simplicidade do cotidiano. Ela está no silêncio depois das palavras, no intervalo entre um pensamento e outro, naquilo que não precisa ser explicado. E, ainda assim, continuamos a procurá-la longe, como se a distância garantisse profundidade. Somos exploradores do óbvio, perdidos na tentativa de descobrir o que sempre esteve diante de nós.

Clarice nos convida a despertar do automatismo da percepção. O desafio não é encontrar novas verdades, mas repreender a olhar o que sempre esteve ali — a ver de novo o que já víamos, mas sem enxergar. É um chamado à desautomatização da alma, à retomada da sensibilidade diante do real. O óbvio, quando enfim é visto, deixa de ser óbvio: torna-se revelação.

Enxergar o óbvio é, talvez, o exercício mais revolucionário da consciência. É o momento em que a simplicidade se transforma em abismo, em que o cotidiano se revela sagrado. E, quando isso acontece, compreendemos que a verdade nunca nos enganou — fomos nós que, por medo ou distração, desviamos o olhar.

○ **LEGALIDADE E IMPESSOALIDADE**

TCM SUSPENDE CONTRATAÇÕES TEMPORÁRIAS SEM SELEÇÃO NA PREFEITURA DE PIRIPÁ

■ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

O Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia (TCM-BA) determinou, de forma cautelar, a suspensão de novas contratações temporárias na Prefeitura de Piripá sem

a realização prévia de Processo Seletivo Simplificado. A decisão foi tomada após a Corte identificar supostas irregularidades nas admissões de servidores entre janeiro e julho de 2025.



Tribunal de Contas dos Municípios suspende contratações temporárias por ter o prefeito Cristiano - Cris de Dema - Santos Silva (PSD) descumprido Princípios Constitucionais da Administração Pública.

Segundo o TCM, o prefeito Cristiano - Cris de Dema - Santos Silva (PSD), teria desrespeitado Princípios Constitucionais da Administração Pública previstos no Artigo 37 da Constituição Federal - Legalidade e Impessoalidade - ao ignorar a exigência de seleção pública para contratações temporárias. O órgão destacou que o processo seletivo é necessário para garantir igualdade de condições, transparéncia e moralidade nas admissões. A decisão foi tomada após a Corte identificar supostas irregularidades nas admissões de servidores entre janeiro e julho de 2025.

Segundo o Colegiado de Contas, o prefeito Cristiano - Cris de Dema - Santos Silva (PSD), teria desrespeitado princípios constitucionais da Administração Pública previstos no Artigo 37 da Constituição Federal - Legalidade e Impessoalidade - ao ignorar a exigência de seleção pública para contratações temporárias. O órgão destacou que o Processo Seletivo é necessário para garantir igual-

dade de condições, transparéncia e moralidade nas admissões.

Na decisão, o Colegiado determinou que o prefeito apresente, em até 20 dias, toda a documentação referente às contratações realizadas no período: Edital, lista de inscritos, critérios de avaliação e resultados finais.

A Prefeitura Municipal de Piripá já possui Lei Municipal, aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo Executivo, que regulamenta Processos Seletivos Simplificados, realizados em 2019, 2021 e 2023. O Tribunal de Contas dos Municípios reforçou que a atual gestão deve elaborar Editais claros e amplamente divulgados, especificando vagas, requisitos, salários, formas de avaliação e duração dos contratos. O modelo mais comum, segundo a Corte de Contas, é a análise curricular e de títulos, que permite classificação objetiva baseada na formação acadêmica e experiência profissional.

OUTRO LADO

O prefeito Cristiano - Cris de Dema - Santos Silva (PSD), foi procurado pela reportagem do **JS**, por mensagem no WhatsApp, para comentar ou rebater as acusações do Tribunal de Contas dos Municípios e indicar quais medidas estão sendo ou serão adotadas, mas até o fechamento desta reportagem não retornou.

O espaço continua aberto, caso o gestor queira se manifestar

ABUSO DO PODER POLÍTICO E ECONÔMICO

FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



JUSTIÇA ELEITORAL CASSA MANDATOS DO PREFEITO E VICE DE PIATÃ POR ABUSO DE PODER

■ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

AJuíza Titular da 105ª Zona Eleitoral, Camila Sousa Pinto de Abreu, cassou os diplomas e, consequentemente os mandatos, do prefeito e do vice-prefeito de Piatã, Marcos Paulo Santos Azevedo (PSD) e Ronaldo de Souza (Avante). A decisão do último dia 11 foi proferida em Ação de Impugnação de Mandato Eletivo, na qual segundo a magistrada, restou comprovada o abuso de poder político e econômico nas eleições municipais de 2024.

As investigações apontaram, destacou a magistrada na sentença, que o prefeito e vice-prefeito, então candidatos à reeleição, praticaram durante a campanha eleitoral de 2024 várias irregularidades, as quais, conjuntamen-

te, teriam contribuído para viciar o resultado do pleito. Entre as irregularidades apontadas estão: aumento de 72% nas despesas com combustíveis; crescimento de 542% nos gastos com festas e eventos públicos, e elevação de 53% nas contratações terceirizadas, sobretudo em Serviços de Limpeza e apoio à Educação.

A juíza ressaltou ainda o caráter promocional de eventos financiados pela Prefeitura Municipais e as publicações em redes sociais que vinculavam a imagem do prefeito às ações da Administração Municipal.

Para a magistrada, as provas reunidas no Processo conduzem à conclusão de que o prefeito e o vice-prefeito reeleitos em outubro

de 2024 devem ser submetidos à penalidade de cassação dos mandatos. A decisão se fundamenta na constatação de uma sistemática acumulação de irregularidades insanáveis, destacando, além das já citadas, a contratação de pessoal por meio da Empresa Limpetrans Ltda (Construserve), apontada como instrumento de favorecimento político.

Além da cassação dos diplomas e, por consequência, dos mandatos, a juíza eleitoral Camila Sousa Pinto de Abreu, com fundamento no Artigo 22 da Lei Complementar nº 64/1990, decretou a inelegibilidade dos dois gestores pelo período de oito anos e encaminhou comunicação imediata ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) para execução da decisão.

OUTRO LADO

A reportagem do JS não conseguiu contato com o prefeito de Piatã, Marcos Paulo Santos Azevedo (PSD), mas teve acesso a uma entrevista concedida pelo gestor ao comunicador Nerisvaldo Sobrinho, da Rádio Nova FM Seabra e do Blog Chapada News. Na ocasião, Azevedo abordou a decisão da juíza titular da 105ª Zona Eleitoral, Camila Sousa Pinto de Abreu, que cassou seu mandato e o do vice-prefeito Ronaldo de Souza (Avante), por abuso de poder político e econômico.

Durante a entrevista, o prefeito afirmou estar com a consciência tranquila e reiterou que, junto ao vice-prefeito, não cometeu qual-

quer ilícito na campanha de 2024. Para ele, a decisão representa um “equívoco de interpretação” da Justiça Eleitoral local, que acredita será corrigido pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, em Salvador.

Azevedo destacou ainda que a decisão não afetou o ritmo da gestão municipal, que continua mantendo o foco nas questões administrativas. “Essa parte jurídica está a cargo dos advogados”, disse, acrescentando que espera um desfecho favorável no Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, em Salvador. O prefeito lamentou apenas a possibilidade de o julgamento não ocorrer ainda este ano, o que, segundo ele, atrasa o

encerramento definitivo do caso e desvia a atenção de propostas e ações voltadas ao desenvolvimento do município.

O gestor reforçou ainda que, ao lado do vice-prefeito e da equipe administrativa, segue dedicado ao trabalho. "Porque assim tem que ser", ressaltou.

Concluindo, o prefeito Marcos Paulo Azevedo (PSD) deixou um re-

cado indireto à oposição, lembrando que em três anos haverá novas eleições e que caberá ao eleitorado de Piatã decidir qual candidato e projeto consideram mais adequados. "Quem ganhar tem que trabalhar, e quem perder deve trabalhar para tentar vencer na próxima eleição", afirmou.



MARLITO LACERDA

CONTABILIDADE

Rua Cel. Tibério Meira, 188 - 1º Andar - Sala 101 EDF. João A. Lacerda - Centro - CEP - 46100 - 000
Email: marlito@marlitocontabilidade.com.br / Instagram: @contabilidademarlitolacerda

www.marlitocontabilidade.com.br

Brumado - Bahia Setor Contábil - (77) 998444654
Setor Fiscal - (77) 998436634 / Setor Pessoal - (77) 999251133



MAYARA BEZERRA

Arquitetura e Interiores

DESIGN PERSONALIZADO | SOLUÇÕES CRIATIVAS | CONFORTO E SOFISTICAÇÃO

Transforme seu sonho em realidade!
Entre em contato hoje e descubra
como Mayara Bezerra pode reinventar
seu espaço.

(77) 98803-4343 mayarabezerra.arq@gmail.com @mayarasantanab

SINDSEMBE SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BARRA DA ESTIVA – BA
Fundado em 15/01/2007
FILIADO À:


EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ELEIÇÕES SINDICAIS. CNPJ: 08.620.519/0001-84

O Presidente do SINDSEMBE - SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BARRA DA ESTIVA - BAHIA, a Sr. ANTONIO CARLOS COQUEIRO PEREIRA, brasileiro, maior, divorciado, matrícula funcional nº 200165, inscrito no RG: 2.258.304-18 SSP-BA e CPF: 36035882587, residente e domiciliada à Avenida Manoel Joaquim Braga, 377, N° 523, Bairro Centro, Barra da Estiva-BA; inscrito no PIS/PASEP:17023181995, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os filiados quites com suas obrigações de sócio pertencentes à base territorial do Município de Barra da Estiva-BA, para participarem da eleição e Posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal do SINDSEMBE, para o quadriênio de 2026 a 2030, iniciando o mandato em 01/01/2026 e encerrando-se em 01/01/2030. A eleição acontecerá no dia 28/12/2025, das 8:00 às 17:00 horas, na sede do Sindicato, situada à Praça Melquiades Caires nº 990, sala 104, 1º andar Centro Empresarial Map. Center- Centro, Barra da Estiva-BA CEP: 46.650-000. O registro de chapas deverá ser feito na sede do sindicato no prazo de até 30 (trinta) dias, contando da data de publicação deste edital, excluindo-se o primeiro dia e incluindo-se o último dia. Fica estipulado o prazo de 05 (cinco) dias, após a publicação da relação das chapas registradas para eventuais impugnações. O Sindicato funcionará de segunda à sexta, das 8:00 às 12:00, para registro de chapa e quaisquer esclarecimentos. A posse dos membros eleitos ocorrerá em 01/01/2026.

Barra da Estiva- Bahia em 27 de novembro de 2025.


ANTÔNIO CARLOS COQUEIRO PEREIRA
GRADUADO EM LETRAS - PORTUGUÊS / INGLÊS - 61022406
ESPECIALISTA EM PRÓCOPIA DO DIA - 0220911

ANTÔNIO CARLOS COQUEIRO PEREIRA
Presidente SINDSEMBE

SAÚDE PÚBLICA – DENUNCIA NEGLIGÊNCIA MÉDICA

JOVEM DENUNCIA NEGLIGÊNCIA EM PARTO NO HOSPITAL MUNICIPAL DE TANHAÇU

■ DA REDAÇÃO
redacao@jornaldosudoeste.com

A jovem Isadora Pereira, moradora de Tanhaçu, utilizou as redes sociais para relatar a perda do filho durante o parto, ocorrido no último dia 16 de novembro, no Hospital Municipal José Maria de Magalhães Neto, em Brumado. Segundo ela, o bebê morreu por asfixia grave ao nascer, em decorrência de negligência médica e falhas na condução do atendimento no Hospital Municipal de Tanhaçu, que somente providenciou sua transferência para Brumado quando o quadro se agravou.

De acordo com o relato, após dar entrada na Unidade em trabalho

de parto, Isadora Pereira teria sido informada pelo médico de plantão, cuja identidade não mencionou, que o Hospital não possuía estrutura adequada para realizar o procedimento e que seria iniciado o Processo de Regulação para Transferência para uma Unidade melhor equipada e com equipes multidisciplinares para atender uma gestante com complicações, como era seu caso. No entanto, na manhã seguinte, com a troca da equipe médica, outro profissional teria iniciado a indução do parto, garantindo que a Unidade tinha condições técnicas e que tudo ocorreria bem.

FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS.



A jovem afirma ter sido submetida a procedimentos sem explicação ou consentimento, além de se sentir vítima de violência obstétrica. "Em vários momentos me senti exposta, invadida e sem qualquer amparo", declarou. Ela apontou ainda que suportou horas de dor diante de pessoas que em seu entendimento não tinham qualificação técnica para o atendimento e que, apenas de última hora, foi Regulada para o Hospital Municipal José Maria de Magalhães Neto, em Brumado, onde o parto ocorreu rapidamente, mas o bebê não resistiu.

Isadora Pereira afirma ter enfrentado falta de competência, respeito e humanidade por parte das equipes médicas que a atenderam em Tanhaçu. Segundo ela, ao ser transferida para o Hospital Municipal de Brumado, pouco pôde ser feito pelos profissionais, apesar dos esforços empregados. "Hoje minha família vive um luto que poderia ter sido evitado", lamenta, acrescentando que deseja apenas respostas claras e a responsabilização dos que contribuíram para os danos físicos e psicológicos sofridos, "para que outras mães não passem pelo que eu passei e não tenham que chorar a perda de um bebê tão esperado", pontuou.

A família de Isadora Pereira, segundo apurou o JS, já teria acionado os órgãos competentes para apuração dos fatos.

O sonho de maternidade da jovem tanhaçuense Isadora Pereira transformou-se em dor e sofrimento durante o atendimento no Hospital Municipal de Tanhaçu e resultou na perda de seu bebê.

ÁGIL
CONSULTORIA E ASSESSORIA MUNICIPAL
Ação e Organização a serviço da Administração Pública

OUTRO LADO

A reportagem do **JS** não conseguiu contato direto com a secretaria municipal de Saúde de Tanhaçu, Ana Valéria Trindade Pires, para que pudesse se pronunciar em nome da Administração Municipal a respeito das denúncias feitas pela jovem Isadora Pereira.

O **JS**, no entanto, teve acesso a uma Nota Pública assinada pela secretária. No documento, além de se solidarizar com Isadora Pereira e sua família, Ana Valéria Trindade Pires destacou que todos os encaminhamentos de pacientes para outros centros, conforme os Protocolos Oficiais de Regulação, foram observados no caso. Segundo ela, o pedido de transferência da paciente (Isadora Pereira) foi feito e reiterado diversas vezes pela equipe médica da Unidade, mas inicialmente negado por falta de vagas. A secretária afirmou que, tão logo a vaga foi liberada, a paciente foi encaminhada conforme exigência da Regulação Estadual.

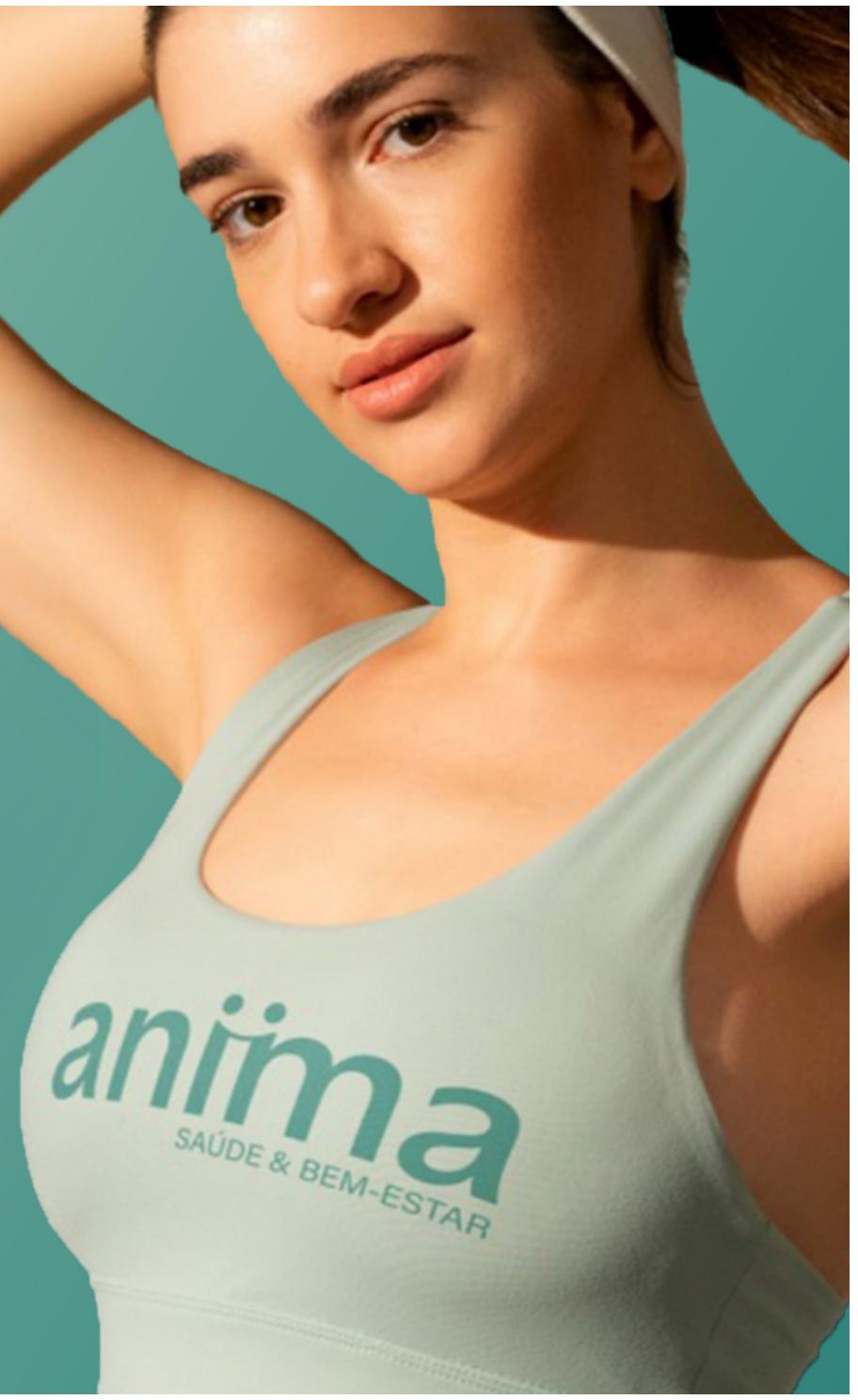
A Nota também ressalta que, entre janeiro e novembro deste ano, o Hospital Municipal de Tanhaçu realizou 37 partos, todos bem-sucedidos, o que, segundo a gestora, comprova a capacidade técnica e estrutural da Unidade. Ana Valéria Pires acrescentou que a gestão municipal tem como prioridade o “cuidado humanizado, a ética e a transparência” no atendimento aos pacientes das Unidades Públicas de Saúde.

Diante da repercussão do caso e em busca de esclarecimentos, a secretaria assinou a Portaria nº 033/2025, publicada no Diário Oficial do Município em 26 de novembro. O documento nomeia os membros de uma comissão encarregada de apurar, por meio de sindicância, os fatos ocorridos nos dias 16 e 17 no Hospital Municipal de Tanhaçu, que culminaram na perda do bebê após a transferência de Isadora Pereira para o Hospital Municipal Professor José Maria de Magalhães Neto, em Brumado, que deverá apresentar Relatório Final no prazo de 30 dias.

anima
SAÚDE & BEM-ESTAR

 Rua Joana Angélica, 245, Centro – 1º Andar
(Acesso por Elevador)
Brumado - BA

 Telefone: (77) 9 9998-7920



anima
SAÚDE & BEM-ESTAR



ANDRÉA LADISLAU

PSICANALISTA, NEUROPSICÓLOGA, PSICOPEDAGOGA,
ESPECIALISTA EM SAÚDE MENTAL E COMPORTAMENTAL,
MEMBRO DA ACADEMIA FLUMINENSE DE LETRAS,
PALESTRANTE

MASCULINIDADES E EMOÇÕES: DESCONSTRUINDO O MITO DO HOMEM FORTE

Adualidade entre ser racional e ser expressivo nas emoções, com certeza, faz parte do universo masculino. E essa dinâmica acaba sendo confrontada quando chega o Novembro Azul, mês em que temos a campanha de prevenção do câncer de próstata e os cuidados com a saúde do homem.

Como fugir da obrigatoriedade que a sociedade impõe, de forma velada, de ser um homem forte, a ponto de sentir-se um super-herói inabalável?

Existem muitos mitos e tabus associados à masculinidade inabalável. A Psicologia nos mostra que, no inconsciente, os homens tendem a entender que a demonstração de fragilidade pode comprometer seu poder e autonomia. Afinal, ele foi, socialmente, ensinado que ele não pode chorar, não pode sentir nada e não pode verbalizar sentimentos e dores que o diminuam perante o outro.

Por esse motivo, realizar o exame de próstata, tão necessário para detecção precoce de um câncer ou reconhecer uma vulnerabilidade física ou emocional, psicologicamente, pode intensificar sentimentos potencializados por medo, vergonha, insegurança, baixa autoestima e impotência, pois transformam-se em uma ameaça à necessidade de manter a “fama” e imagem de um ser forte e potente.

Nesse sentido, a saída mais fácil é se proteger através dos mecanismos de defesa que ativam a procrastinação. Portanto, esse homem passa a racionalizar e negar qualquer tipo de fragilidade. Ou seja, os sinais são ignorados, a busca por prevenção e tratamento é adiada e o medo e a insegurança escancaram a falta de maturidade emocional.

Trazendo tudo isso para o campo psicológico, é preciso compreender a força da mente. A linguagem da mente, ainda desconhecida por muitos, se não tiver interações de inteligência emocional e gerenciamento de sentimentos, poderá operar desastres severos. Isso porque ela é muito poderosa e a maior dificuldade é reconhecer que somos seres integrativos, portanto, não é possível desassociar mente e corpo.

Se a mente não anda bem, o corpo vai responder por isso. E quando falamos de prevenção, sabemos que muitas doenças físicas nascem do acúmulo de problemas mentais, do não dizer “não”, das emoções reprimidas, da dificuldade de verbalizar desejos e das cobranças internas e externas. Ou seja, tudo está interligado. O autoconhecimento e controle emocional ajudam a trabalhar as inseguranças e medos impostos pelo mito do homem forte.

Associado à negação está o medo de morrer. A sensação de proximidade com a finitude reforça o pânico de reconhecer que é preciso se autocuidar, pois não temos controle de tudo e estamos suscetíveis à doenças e fraquezas. É necessário fortalecer essa autoestima, resgatar o senso de pertencimento e reconstruir a identidade que faz a conexão entre corpo e mente saudáveis e equilibrados.

Além disso, é muito importante trabalhar uma rede de apoio, o autocuidado, a coragem de verbalizar sentimentos e emoções reprimidas e potencializar a autocompaixão, já que a vida continua.

Portanto, é fundamental desconstruir o culto à masculinidade que fortalece a falsa ilusão da invencibilidade do homem. Essa venda nos olhos pode custar caro.

Pode custar a vida. A avaliação preventiva do câncer de próstata, à partir dos 45 anos de idade, é o primeiro passo para iniciar as práticas de culto ao bem estar físico e mental. O conhecimento e a quebra de paradigmas e preconceitos sobre o tema, também contribuem de forma positiva para a busca do equilíbrio do corpo.

○ SAÚDE PÚBLICA – TRATAMENTO ONCOLÓGICO

NOVO NÚCLEO DE ONCOLOGIA AMPLIA ACESSO A ATENDIMENTO HUMANIZADO EM ITAPETINGA

■ GABRIELA OLIVEIRA

reportagem@jornaldosudoeste.com

AFundação José Silveira, mantenedora do Hospital Cristo Redentor, em Itapetinga, inaugurou no último dia 8 o Núcleo de Oncologia, que passa a oferecer serviços de diagnóstico, tratamento e encaminhamento cirúrgico para pacientes com Câncer, inicialmente voltados ao combate ao Câncer de Mama.

A solenidade de inauguração reuniu autoridades, colaboradores, representantes da sociedade civil organizada e um grande público. Com a nova estrutura, o Hospital Cristo Redentor disponibiliza dez leitos e uma Sala Vermelha para atendimento Oncológico, reforçando o compromisso com um serviço humanizado e de qualidade.

Responsável pelo Núcleo, o Médico Oncologista Eduardo Kowalski Neto destacou a importância da iniciativa. Segundo ele, os leitos e a Sala Vermelha foram preparados para garantir diagnóstico, tratamento e encaminhamento cirúrgico de casos de Câncer de Mama, ampliando o acesso da população a um atendimento especializado.



FOTO: DIVULGAÇÃO

O Superintendente Institucional e Financeiro da Fundação José Silveira, Carlos Dumet, também ressaltou que o Núcleo de Oncologia representa um avanço no cuidado com a população e antecipou que, em breve, o Hospital Cristo Redentor passará a realizar Cirurgias Oncológicas, consolidando-se como referência regional no enfrentamento ao câncer.

Credibilidade

Js.



Mais que uma conquista, um voto de confiança
que renovado diariamente ao longo dos últimos 26 anos.

PESQUISA

Jovens estudantes de Boquira criam Whey Protein exclusivo para cães e gatos



■ DA REDAÇÃO *

redacao@jornaldosudoeste.com

OMercado Pet segue em expansão no Brasil e já movimenta cifras bilionárias. Segundo a Associação Brasileira de Empresas do Setor de Animais de Estimação (Abempet), o setor faturou R\$ 75,4 bilhões em 2024. Nesse cenário promissor, dois estudantes do Colégio Estadual de Tempo Integral de Boquira, decidiram inovar: Pedro Emanuel Oliveira da Silva (aluno do 3º ano) e Débora Emes Oliveira (aluna 2º ano), orientados pela professora Cássia Fabiane Nascimento, desenvolveram um Whey Protein voltado exclusivamente para animais de estimação.

Inspirado no suplemento usado por humanos para ganho de massa muscular, o produto foi adaptado para atender às necessidades específicas de cães e gatos. "O Whey tradicional humano não era adequado para pets devido à presença de açúcares, como a lactose, e adoçantes artificiais, que podem ser tóxicos para eles. Por isso criamos uma versão especial, sem lactose, sem aditivos prejudiciais e com aminoácidos平衡ados para o metabolismo animal", explica a professora Débora Nascimento.

O Suplemento é indicado para animais atletas, idosos, em recuperação cirúrgica ou com deficiências nutricionais. Pedro Emanoel destaca que os benefícios vão além da saúde muscular: "O Whey Protein Pet pode melhorar a imunidade, a qualidade do pelo e aumentar a energia e a vitalidade, sempre com orientação veterinária e respeitando as necessidades individuais de cada animal".

A professora Cássia Nascimento, idealizadora do Projeto, ressalta o impacto da iniciativa na formação dos jovens. "Inserir estudantes na Educação Científica e Empreendedora é investir em um futuro mais inovador e consciente, no qual o conhecimento se transforma em soluções reais", afirma.

Os estudos acadêmicos e a pesquisa de mercado realizados pela equipe indicam que não há produto similar disponível atualmente. A iniciativa conta com apoio da Secretaria de Estado da Educação da Bahia, parceria do Médico Veterinário Caio Lucas – proprietário de uma Clínica na região – e colaboração da Prefeitura Municipal de Boquira, através da Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Vigilância Sanitária, responsável pelo Canil Público local.

* COM INFORMAÇÕES DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DA BAHIA



Jornaldosudoeste

TUDO QUE VOCÊ PRECISA, EM UM SÓ LUGAR!

www.jornaldosudoeste.com

[@jornaldosudoeste](https://www.instagram.com/jornaldosudoeste)

[@jornaldosudoestebahia](https://www.instagram.com/jornaldosudoestebahia)

js.



novembro

azul

Cuidar da saúde também é um **ato de coragem**.
Faça seus exames preventivos e **incentive**
quem você ama a se cuidar.

DENÚNCIAS DE EXTREMA GRAVIDADE CONTRA AUTORIDADES JUDICIAIS EM RIACHO DE SANTANA DESAFIA RESPOSTA INSTITUCIONAL

■ DA REDAÇÃO

redacao@jornaldosudoeste.com

Uma denúncia considerada de extrema gravidade, envolvendo suposta detenção ilegal, tortura física e psicológica e fraude processual contra uma adolescente de 14 anos, além de prisões preventivas ancoradas em provas frágeis e procedimentos que, em tese, podem ser enquadrados como abuso de autoridade e justificar a nulidade processual, não estariam recebendo a atenção que merecem, segundo pontua o Advogado Aslon Victor Rodrigues de Lima, que defende uma das vítimas. Os acusados pelos supostos ilícitos são o Juiz Paulo Roberto Rodrigo Pantusa e o Delegado da Polícia Civil Sandro Marco Nunes Gomes, titulares da Vara da Jurisdição Plena da Comarca e da Delegacia Territorial de Polícia Civil de Riacho de Santana, respectivamente.

Segundo o Advogado, os atos que reforça, afrontam a legislação penal vigente, com foi protocolado no Tribunal de Justiça da Bahia e na Corregedoria da Polícia Civil da Secretaria de Estado da Segurança Pública da Bahia, com robusto conjunto documental comprobatório, incluindo depoimentos de testemunhas, apontando que uma adolescente (A.C.M.A.), teria sido retirada do convívio familiar sem respaldo legal, contrariando inclusive Pareceres Técnicos de Psicólogo e Assistentes Sociais do Centro de Especializado em Assistência Social (Creas) da Secretaria Municipal de Assistência Social de Riacho de Santana, e que houvesse manifestação ou que o Ministério Público tivesse sido notificado.

De acordo com o Advogado, o Magistrado teria participado pessoalmente da apreensão da menor, acompanhado de uma Assessoria de prenome Maria, do Delegado Sandro Gomes e de uma Investigadora da Polícia Civil cuja identidade não foi revelada. Reforça o Advogado, que a adolescente, relatou ter sido conduzida à força em veículo do Conselho Tutelar, escoltada por viatura da Polícia Civil, posteriormente colocada na viatura e levada ao Fórum Conselheiro João Santos, onde alega ter sido submetida a depoimento em condições que configurariam tortura física e psicológica.

No depoimento da menor, que teria sido anexado ao Processo protocolizado nos órgãos de fiscalização (Tribunal de Justiça da Bahia e Corregedoria da Polícia Civil da Bahia), prossegue o Advogado, a adolescente afirma que seu celular foi confiscado, ainda na viatura da Polícia Civil, pelo Juiz e que ela teria sido obrigada a fornecer a senha. Ela também denuncia, sublinha o Advogado Aslon Rodrigues, ter sido ameaçada de internação em um Centro de Internação de Menores Infra-

tores em Salvador caso não “colaborasse” com o depoimento nos termos exigidos do Magistrado. O objetivo (do depoimento), segundo o Advogado, seria incriminar um Professor da rede pública estadual de Ensino da cidade, que já estava (continua) preso preventivamente sob acusação de estupro de vulnerável.

O Advogado Aslon Rodrigues, ainda que não atue na defesa, questiona legalidade da prisão preventiva do Professor, mantido desde dezembro do ano passado no Conjunto Penal de Brumado. Ele sustenta que não há provas materiais contra o docente, apenas depoimentos divergentes de duas menores que teriam sido vítimas do suposto estupro. O caso se agrava, segundo ele, porque o depoimento do Professor foi colhido já em custódia, sem a presença de Advogado ou Defensor Público, o que configuraria abuso de autoridade e nulidade processual.

Segundo o Advogado, que afirma estar de posse de relatos da comunidade local, bem como declarações feitas reservadamente ao JS por profissionais que atuam na Comarca, há acusações de que o Juiz Paulo Pantusa teria adotado como prática recorrente a expedição de Mandados de Prisão Preventiva sem a existência, em alguns casos, de elementos suficientes para justificá-los. O Advogado Aslon Rodrigues cita, como exemplo, os casos envolvendo um comerciante conhecido como Bau e uma transexual identificada como Haddassa, ambos alvos de prisões preventivas consideradas por ele, como abusivas.

Documentos aos quais o JS teve acesso reforçam as denúncias. Em um dos documentos, que teria sido juntado pelo Advogado Aslon Rodrigues ao Processo encaminhado aos órgãos fiscalizadores (Tribunal de Justiça e Corregedoria da Polícia Civil da Bahia), a um depoimento atribuído à adolescente (A.C.M.A.), na qual ela narra que chegou a ser trancada em um banheiro do Fórum Conselheiro João Santos junto à Assessora do Juiz, que teria a obrigado a depor conforme os interesses do Magistrado. Em outra ocasião, segundo consta do suposto depoimento da adolescente, durante entrevista com Psicólogo e Assistentes Sociais do Creas (Centro de Referência Especializado em Assistência Social), a mesma Assessora teria permanecido na sala supostamente para intimida-la e evitar que revelasse a coação.

O advogado Aslon Rodrigues afirma que existem outras denúncias envolvendo as duas autoridades. Segundo ele, o Delegado Sandro Gomes

estaria respondendo a investigações conduzidas pelo Ministério Pùblico Estadual e pela Corregedoria da Polícia Civil da Secretaria de Estado da Segurança Pública da Bahia.

Já o Juiz Paulo Rodrigo Pantusa, aponta o Advogado, seria alvo de acusações de perseguição e abuso apresentadas por um Perito Judicial de Guanambi, identificado pelas iniciais J.L.L.. Além disso, enfrenta suspeitas de falsidade ideológica em Concurso Público da Magistratura, pelo suposto uso indevido de cotas raciais, e de exercício ilegal da advocacia, já que, de acordo com o Advogado, teria continuado atuando na área mesmo após assumir o cargo de Magistrado.

No caso específico da denúncia de suposta falsidade ideológica pelo uso indevido de cotas raciais no Concurso Público para Magistratura, o Juiz Paulo Roberto Rodrigo Pantusa já obteve uma importante vitória, no início do último mês de outubro, com a decisão do Conselho Nacional de Justiça, subscrita pelo Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Mauro Campbell Marques, votando pelo arquivamento da Reclamação Disciplinar com pedido de Suspensão Cautelar e a abertura de Processo Administrativo referente ao fato alegadamente denunciado (veja Box).

O Advogado Aslon Rodrigues, assim como outros profissionais ouvidos sob reserva pelo JS, criticaram, classificando como inadmissível, o que chamam de demora do Tribunal de Justiça da Bahia, especificamente, e da Corregedoria da Polícia Civil da Secretaria de Estado da Segurança Pública da Bahia, de dar uma resposta às denúncias que envolvem suposta tortura de menor, fraude processual, falsidade ideológica e ilegalidade de prisões preventivas. Essa demora, principalmente do Tribunal de Justiça da Bahia, em se posicionar oficialmente sobre as denúncias, serve apenas para aumentar o clima de insegurança entre vítimas e familiares.

Um Advogado Criminalista ouvido pela reportagem do JS, sob reserva, avaliou que o caso, se forem confirmadas as denúncias, revela não apenas possíveis irregularidades individuais, mas um padrão de conduta capaz de comprometer a credibilidade das Instituições em Riacho de Santana.

O profissional concluiu acrescentando que a demora no posicionamento do Tribunal de Justiça e da Corregedoria da Polícia Civil contribui para o fortalecimento da sensação de impunidade e amplia a desconfiança da sociedade no Sistema de Justiça.

OUTRO LADO

A reportagem do JS encaminhou ofícios formais ao Juiz Paulo Roberto Rodrigo Pantusa, ao Delegado da Polícia Civil Sandro Marco Nunes Gomes e às Corregedorias do Tribunal de Justiça da Bahia e da Polícia Civil da Bahia, por meio dos endereços eletrônicos institucionais, mas até o fechamento desta edição, não houve retorno.

O JS mantém aberto o espaço para que os citados, caso desejem, possam se manifestar, apresentar esclarecimentos ou oferecer contrapontos.

CNJ arquiva reclamação contra Juiz acusado de falsidade ideológica

■ DA REDAÇÃO *

redacao@jornaldosudoeste.com

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu arquivar uma Reclamação Disciplinar contra o Juiz Paulo Roberto Rodrigo Pantusa, titular da Comarca de Riacho de Santana, acusado de falsidade ideológica em Concurso Público da Magistratura, pelo suposto uso indevido de cotas raciais. A decisão, tomada no início do último mês de outubro, afastou a possibilidade de suspensão cautelar e de abertura de Processo Administrativo contra o Magistrado.

O Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Mauro Campbell Marques, foi o responsável pelo despacho. Em sua análise, concluiu que não havia elementos suficientes para justificar a instauração de Procedimento Disciplinar.

* COM INFORMAÇÕES DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Ministério Pùblico recomendou Delegado apòs arquivamento irregular de Inquéritos em Riacho de Santana

■ DA REDAÇÃO *

redacao@jornaldosudoeste.com

Em 23 de setembro, o Ministério Pùblico da Bahia emitiu uma Recomendação Administrativa ao Delegado titular da Delegacia Territorial de Polícia Civil de Riacho de Santana, apòs constatar o arquivamento irregular de dois Inquéritos Policiais. A medida foi assinada pela Promotora de Justiça Priscila Targino Soares Beltrão.

Segundo o Ministério Pùblico, Delegado encaminhou à Promotoria local, por e-mail institucional, os procedimentos acompanhados da decisão de arquivamento. Os casos envolviam um homicídio culposo na direção de veículo automotor e uma ocorrência de ameaça. O Delegado teria alegado ausência de justa causa para prosseguir com as investigações.

A Promotora Priscila Targino Soares Beltrão destacou na Recomendação que a conduta violou o Artigo 17 do Código de Processo Penal, que veda à autoridade policial determinar o arquivamento de Inquéritos. No sistema acusatório vigente, ressaltou a Promotora, essa atribuição é exclusiva do Ministério Pùblico.

Ainda de acordo com a Recomendação, apòs concluir a fase investigativa, o Delegado deve encaminhar os autos diretamente ao Poder Judiciário, via Sistema PJE (Processo Judicial Eletrônico). A partir daí, caberá ao Ministério Pùblico decidir entre oferecer denúncia, requisitar diligências, propor soluções negociadas ou solicitar o arquivamento ao Juiz competente.

* COM INFORMAÇÕES DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO MINISTÉRIO PÙBICO DO ESTADO DA BAHIA

ENVIE SUGESTÕES
DE PAUTAS, FOTOS
E VÍDEOS PARA
REDAÇÃO!



Js.

TESTEMUNHOU
UM FLAGRANTE
DE NOTÍCIA?



@ (77) 99872-5389
jornaldosudoeste

Quer reclamar dos
problemas da sua
cidade e do seu bairro?

Quer sugerir, mandar
fotos e vídeos, dar
informações para
uma reportagem?
Fale diretamente com
a redação do JS através
do WhatsApp:

(77) 99872-5389

SAÚDE MATERNO-INFANTIL

Alta nos partos prematuros revela deficiências no atendimento pré-natal, aponta Pediatria conquistense

■ GABRIELA OLIVEIRA

reprotagem@jornaldosudoeste.com

APrematuridade tem se consolidado como um dos maiores desafios da Saúde Pública mundial. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), entre 5% e 18% dos partos ocorrem antes das 37 semanas de gestação, o que representa cerca de 15 milhões de nascimentos prematuros por ano.

No Brasil, o cenário é ainda mais alarmante. Dados do Ministério da Saúde apontam que, em 2024, o país registrou quase 300 mil casos de bebês nascidos prematuramente, o equivalente a uma taxa de 12% - superior à média global de 10%. O índice coloca o Brasil entre os dez países com maior número de partos prematuros.

A OMS classifica a Prematuridade em três níveis: moderada (32 a 36 semanas e seis dias), severa (28 a 31 semanas e seis dias) e extrema (menos de 28 semanas). As consequências podem ser graves, incluindo maior risco de mortalidade infantil, atrasos no desenvolvimento, deficiências permanentes, complicações respiratórias e outros problemas de saúde.

Especialistas destacam que o acesso ao Pré-Natal é uma das principais estratégias de prevenção. Além de garantir acompanhamento médico, o Pré-natal oferece orientação sobre Saúde Materna, Nutrição e acesso a cuidados Neonatais avançados.

FOTOS: GABRIELA OLIVEIRA.



Médica Pediatra Jéssica Aguiar das Virgens.

Para discutir o tema, o JS entrevistou a Pediatra Jéssica Aguiar das Virgens. A Médica reforçou a importância da prevenção e dos cuidados contínuos tanto com os bebês quanto com as mães. “Investir em políticas de Saúde e ampliar o acesso ao Pré-natal é fundamental para reduzir os índices de Prematuridade e assegurar um futuro mais saudável para nossas crianças”, afirmou.

Confira os principais trechos da entrevista:

JORNAL DO SUDOESTE: O que é a Prematuridade e quais são as principais causas?

JÉSSICA AGUIAR DAS VIRGENS: A Prematuridade acontece quando o bebê nasce antes de completar 37 semanas de gestação. Segundo a Organização Mundial da Saúde, 1 a cada 10 bebês nasce prematuro. As principais causas envolvem condições de saúde da mãe, como Hipertensão, Diabetes, Infecções e Gestação Múltipla. Fatores sociais e emocionais também influenciam – como o estresse intenso, pouca Assistência Pré-Natal e hábitos de vida pouco saudáveis.

JS: Quais fatores aumentam a chance de um bebê nascer Prematuro?

JÉSSICA AGUIAR DAS VIRGENS: Entre os fatores de risco estão o histórico de parto prematuro anterior com o aumento de cerca de 20%, idade da mãe abaixo de 18 ou acima de 35 anos, tabagismo, uso de álcool ou drogas ilícitas, Infecções Urinárias e Vaginais não tratadas, além de doenças como Pré-Eclâmpsia e Diabetes Gestacional.

JS: Quais complicações podem surgir em bebês Prematuros e qual o prognóstico a longo prazo?

JÉSSICA AGUIAR DAS VIRGENS: A Prematuridade pode trazer várias repercussões para o bebê, especialmente quando o nascimento acontece antes das 32 semanas. Como o corpo ainda está em desenvolvimento, esses bebês podem ter mais dificuldade para respirar, se alimentar, manter a temperatura e ganhar peso. Também há maior risco de Infecções e, em alguns casos, alterações Neurológicas, Visuais ou Auditivas. Apesar disso, o prognóstico melhorou muito nos



Jornaldosudoeste

últimos anos. Os avanços da Neonatologia e o cuidado multiprofissional – com Pediatras, Fisioterapeutas, Fonoaudiólogos e Terapeutas Ocupacionais – permitem que a maioria dos prematuros cresça com boa saúde e desenvolvimento. A mensagem principal é que nascer prematuro não significa ter limitações, mas sim uma necessidade maior de acompanhamento e estímulo nos primeiros anos de vida para alcançar todo o seu potencial.

JS: Que orientações a senhora daria para prevenir a Prematuridade ou seus riscos?

JÉSSICA AGUIAR DAS VIRGENS: A prevenção da Prematuridade começa antes mesmo da gestação. O cuidado Pré-concepcional é fundamental – é o momento de avaliar a saúde da mulher, tratar doenças como Hipertensão, Diabetes, Infecções Urinárias e ajustar hábitos de vida. Já durante a gravidez, o Pré-Natal tem um papel decisivo. Iniciar o acompanhamento cedo e manter as consultas regulares permite identificar riscos, controlar doenças e adotar medidas que ajudam a manter o bebê no Útero pelo tempo certo. Cuidar da mulher antes e durante a gestação é a melhor forma de prevenir a Prematuridade. Cada semana conta, e cada cuidado antecipado faz toda a diferença para a saúde e o futuro do bebê.

Que tipo de estrutura hospitalar é essencial para garantir o atendimento adequado ao bebê Prematuro?

JÉSSICA AGUIAR DAS VIRGENS: O ideal é que o parto aconteça em Maternidades que possuam UTI Neonatal com uma equipe multidisciplinar treinada. Essa estrutura reduz a mortalidade Neonatal e as complicações graves, pois permite o suporte necessário para seguimento do bebê prematuro.

JS: Além dos cuidados médicos, que tipo de suporte é necessário para acolher emocionalmente a família durante o período de internação?

Jéssica Aguiar das Virgens: O nascimento prematuro costuma gerar medo e ansiedade. A família precisa ser acolhida, informada e incluída no cuidado. O apoio psicológico desde o início da internação, com escuta ativa e estímulo à presença dos pais na UTI é importantíssimo para fortalecer o vínculo da família com seu bebê.

JS: A senhora avalia que a infraestrutura do Sistema de Saúde – público e privado – na nossa região está preparada para atender bebês Prematuros e suas famílias?

JÉSSICA AGUIAR DAS VIRGENS: Na nossa região, especialmente em Vitória da Conquista, temos uma boa estrutura para o atendimento dos bebês prematuros – com UTI Neonatal, Banco de Leite Humano e equipes capacitadas. No entanto, ainda enfrentamos um desafio importante: a falta de leitos suficientes para atender toda a demanda do Sudoeste da Bahia. Muitas vezes, quando há um aumento de casos, é preciso aguardar vaga ou transferir o recém-nascido para outra cidade. Precisamos ampliar essa capacidade para garantir que todo bebê prematuro tenha acesso ao cuidado intensivo no momento certo.

JS: O nascimento Prematuro pode ser emocionalmente devastador para os pais, especialmente quando o bebê não pode ir para casa. O apoio psicológico à família, na opinião da senhora, é uma necessidade urgente nesse contexto?

JÉSSICA AGUIAR DAS VIRGENS: A internação prolongada e a incerteza do prognóstico causam de fato um grande impacto emocional e o apoio psicológico é essencial para reduzir os sintomas de depressão e ansiedade materna, além de favorecer o desenvolvimento emocional do bebê. O cuidado precisa ser integral – corpo e mente da família.

JS: Qual é a importância do contato pele a pele desde os primeiros dias de vida para o desenvolvimento do bebê Prematuro e o fortalecimento do vínculo familiar?

JÉSSICA AGUIAR DAS VIRGENS: É uma das intervenções mais poderosas na UTI Neonatal. O contato pele a pele ajuda o bebê a manter a temperatura, estabiliza a frequência cardíaca, melhora a amamentação e fortalece o vínculo com os pais. Além disso, diminui o tempo de internação e aumenta as taxas de aleitamento materno exclusivo.

JS: A senhora acredita que a permanência integral da família junto ao bebê na UTI Neonatal até a alta contribui para a recuperação? Por quê?

JÉSSICA AGUIAR DAS VIRGENS: Com certeza. A presença constante da família torna o ambiente mais humano e seguro para o bebê. O bebê reconhece o toque, a voz e o cheiro dos pais, o que reduz

o estresse e melhora até o ganho de peso. O envolvimento familiar também ajuda a preparar os cuidadores para o pós-alta.

JS: Com sua experiência, o que a senhora diria mais faz diferença no cuidado com o bebê Prematuro: tecnologia, equipe ou acolhimento humano?

JÉSSICA AGUIAR DAS VIRGENS: Todos são essenciais, mas o acolhimento humano é o que transforma o cuidado. A tecnologia salva vidas, mas é o olhar sensível, a escuta e o vínculo entre equipe e família que tem a capacidade de promover o melhor desenvolvimento emocional e físico do bebê.

JS: O Supremo Tribunal Federal decidiu que a Licença-Maternidade deve começar a contar a partir da alta hospitalar da mãe ou do bebê. Como a senhora interpreta essa decisão?

JÉSSICA AGUIAR DAS VIRGENS: É uma decisão extremamente importante e justa. As mães de bebês prematuros muitas vezes passam longos períodos no Hospital, e esse tempo não pode ser descontado do convívio familiar posterior. A medida reforça o direito ao aleitamento materno pleno e ao fortalecimento do vínculo familiar.

JS: Na opinião da senhora, qual é o impacto dessa medida para mães de bebês Prematuros e para o vínculo familiar durante a internação?

JÉSSICA AGUIAR DAS VIRGENS: Essa medida proporciona maior tranquilidade à família, refletindo positivamente tanto no cuidado durante o internamento quanto no período após a alta hospitalar. O medo de perder os direitos trabalhistas, somado à intensa carga emocional vivenciada no parto e na Prematuridade, pode dificultar a formação do vínculo familiar nesses momentos críticos. Assim, essa política atua como um fator de alívio da pressão emocional e social, favorecendo o fortalecimento dos laços familiares e a continuidade do cuidado integral ao bebê.

JS: O tempo de internação de um bebê Prematuro pode variar bastante. Como é, para a equipe médica e de enfermagem, o momento em que o bebê está pronto para ir para casa?

JÉSSICA AGUIAR DAS VIRGENS: É um momento de muita emoção. A equipe acompanha cada conquista: respirar sem aparelhos, ganhar peso, sugar bem. Ver o bebê ir para casa é celebrar a vida e o trabalho conjunto da família e dos profissionais.

JS: Quais são os principais sinais clínicos que indicam que um bebê Prematuro está apto a receber alta hospitalar?

JÉSSICA AGUIAR DAS VIRGENS: O bebê precisa respirar e manter a temperatura corporal sem auxílio, ganhar peso de forma estável, alimentar-se adequadamente e ter uma família orientada e confiante para o cuidado domiciliar.

JS: Que mensagem a senhora gostaria de deixar para famílias que estão enfrentando o desafio de ter um bebê Prematuro?

JÉSSICA AGUIAR DAS VIRGENS: Os bebês prematuros são pequenos guerreiros – e o amor da família é o combustível dessa luta. Cada grama e cada dia contam. O caminho é desafiador, mas cheio de vitórias. Acredite: com carinho, ciência, cuidado e acompanhamento, os bebês prematuros podem crescer fortes e saudáveis.

JS: Há algo que não perguntamos e que a senhora considera essencial destacar sobre o tema da Prematuridade?

JÉSSICA AGUIAR DAS VIRGENS: A sociedade precisa enxergar o bebê prematuro e sua família como prioridade em políticas públicas – desde a fase Pré-Concepcional até o desenvolvimento infantil pleno. Essa é nossa oportunidade de garantir que cada bebê tenha a chance de começar a vida com amor e segurança.

JS: A senhora gostaria de compartilhar alguma história marcante que represente bem os desafios e superações vividos na UTI Neonatal?

JÉSSICA AGUIAR DAS VIRGENS: Existem muitas histórias inesquecíveis. Cada bebê que vai para casa simboliza o poder da ciência aliada ao amor. Mas uma me marcou de forma especial: uma pequena que nasceu com apenas 30 semanas, frágil, e que tive a alegria de continuar o seguimento após a alta, acompanhando cada etapa do seu desenvolvimento. Ver essa pequenina dar seus primeiros passos e superar os atrasos da Prematuridade foi profundamente emocionante. Esses momentos nos lembram que, quando o cuidado é feito com ciência, dedicação e esperança, a vida sempre encontra o seu caminho para florescer.



JÉSSICA AGUIAR DAS VIRGENS
Médica Pediatra

Atende em Vitória da Conquista:
Clínica Neoimagem
Avenida Jorge Teixeira, 29 – Sala 1002 – 10º Andar – Edifício
Candeias medical Center – Bairro Candeias

Graduada em Medicina na Faculdades Unidas do Norte de Minas (Funorte) - Montes Claros, Residência em Pediatria pelo Hospital Geral de Vitória da Conquista

“

A Prematuridade pode trazer várias repercussões para o bebê, especialmente quando o nascimento acontece antes das 32 semanas. Como o corpo ainda está em desenvolvimento, esses bebês podem ter mais dificuldade para respirar, se alimentar, manter a temperatura e ganhar peso.

”

“

A internação prolongada e a incerteza do prognóstico causam de fato um grande impacto emocional e o apoio psicológico é essencial para reduzir os sintomas de depressão e ansiedade materna...

”

“

Os bebês prematuros são pequenos guerreiros – e o amor da família é o combustível dessa luta. Cada grama e cada dia contam. O caminho é desafiador, mas cheio de vitórias.

”



KÁTIA MAGALHÃES

Advogada formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e MBA em Direito da Concorrência e do Consumidor pela FGV-RJ, atuante nas áreas de propriedade intelectual e seguros, autora da Atualização do Tomo XVII do “Tratado de Direito Privado” de Pontes de Miranda, e criadora e realizadora do Canal Katia Magalhães Chá com Debate no YouTube

Aborto: o último ato indecoroso de um prosélito

Tudo tem fim. Em espetáculos teatrais, os últimos instantes das peças costumam ser os mais duradouros em nossa memória, talvez por nos parecerem a chave para a compreensão da trama, seja mediante o deslinde dos conflitos em jogo, seja com o advento de finais inconclusivos e indicativos da impossibilidade de resolução dos embates. Na farsa reinante em nossa suprema corte, o ministro Luís Roberto Barroso abandonou sua própria opereta bufa com a mais desafinada de todas as suas “árias” travestidas de decisões e invariavelmente permeadas pela egolatria, pelo abuso de poder e pelo desrespeito às normas jurídicas.

Antes de sair de cena, Barroso conseguiu, junto ao colega Fachin, a designação de uma sessão extraordinária e em plenário virtual para a manifestação de seu voto na ação de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) na qual o PSOL pleiteava a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação. Contrariando o próprio regimento interno da corte, que reserva esse tipo de sessão aos casos de excepcional urgência, Barroso conferiu às suas inquietações pessoais ideológicas um cunho de excepcionalidade nacional e se despediu dos holofotes judiciários com a banalização do pilar de qualquer sociedade civilizada: a expectativa de vir a ser alguém.

Nos autos da ADPF tão “premente” aos olhos do ex-togado, a sigla esquerdistas pedia isenção de pena a mulheres que aniquilassem ou promovessem, por outrem, a aniquilação de fetos gerados nas últimas doze semanas sob o argumento de que a preservação da existência fetal seria atentatória à dignidade da gestante. Os tipos penais em vigor são muito precisos ao definirem como crimes as condutas de provocar aborto em si mesma e as de provocar aborto com e/ou sem o consentimento da mulher (artigos 124 a 126 do Código Penal). Como a legislação não prevê qualquer marco temporal que afaste a punição aos autores dessas práticas, juízes não podem, a seu bel prazer, inserir na norma circunstâncias não-previstas em seu texto. Se o fazem, como foi o caso dos agora aposentados Rosa Weber e Barroso, atuam como legisladores, violando a cláusula pétrea da separação dos poderes e humilhando o parlamento.

Aliás, se nossa cúpula judiciária fosse comprometida com a apreciação de controvérsias constitucionais relevantes e com a desconsideração de aventuras jurídicas, a tal “ADPF do aborto” já teria sido arquivada, por manifestamente descabida. Afinal, se essa categoria de ações se destina tão somente ao exame de violações a preceitos fundamentais, e se o artigo 5º da nossa Constituição aponta o direito à vida como sendo a primeira das nossas garantias, é no mínimo cínico que uma sigla partidária pretenda judicializar a prerrogativa à própria existência. Canalhice ainda maior consiste em invocar uma pretensa defesa da dignidade para privar de dignidade seres de até doze semanas de vida intrauterina, mas que, sob a ótica psolista, são desumanizados a ponto de poderem ser retirados do corpo feminino como uma unha encravada, um dente apodrecido ou outros “inconvenientes”.

Contudo, partes litigantes de má fé encontram reverberação de seus discursos nas canetas de togados de natureza análoga. Foi assim que Barroso reafirmou, sem pudor, sua postura “conhecida” sobre a matéria para assumir as vestes de governante e avocar para si a atribuição de formular políticas públicas sobre saúde. Sem um argumento jurídico sequer, a retórica barroseana foi preenchida com formulações abstratas sobre o papel do estado na educação sexual, sobre a forma de tratamento mais adequado à conduta por ele eufemisticamente designada como “interrupção” da gestação, sobre pretensas pesquisas da OMS acerca do tema e sobre potenciais reflexos da criminalização da prática nas diversas camadas sociais. Um vazio absoluto na abordagem de matéria constitucional e uma abundância de argumentos metajurídicos próprios aos debates de políticos no exercício de mandatos eletivos, mas inadmissíveis em uma judicatura que deveria ser pautada pela técnica e pelo respeito às normas vigentes no país.

Como se não bastasse tanto desperdício de tempo e de dinheiro público com o mero louvor às ideias de sua predileção, o ex-togado fechou seu discurso politiqueiro com um clichê feminista

que, de tão vulgar, talvez soasse imaturo até aos ouvidos mais prosélitos de diretores de centros acadêmicos. Segundo Barroso, nós, mulheres, por sermos livres para nossas “escolhas existenciais”, disporíamos de um direito fundamental a uma liberdade reprodutiva, direito esse insusceptível de cerceamento pela “vontade das maiorias políticas”. Só se esqueceu de mencionar que, em sociedades ordeiras, os direitos inatos cujo exercício independe da chancela do estado-legislador são condicionados, porém, ao dever genérico de não causar mal a outrem sob pena de responsabilização – e a designação do “outrem” afetado pela conduta injusta não pode ser restrita a humanos com vida autônoma, sob pena de se negar ao feto o próprio pertencimento à nossa espécie e de se colocar por terra a legítima expectativa de direito do nascituro, amparada pelo artigo 2 do Código Civil.

Por fim, mas não menos importante, Barroso nos impôs sua crença de que, “se os homens engravidassem, aborto já não seria tratado como crime há muito tempo”. Frase especulativa e insuscetível de comprovação, pois, para desespero de identitários desse naipe, homens não engravidam!

Por ironia do destino, Barroso chegou aos holofotes como defensor de um terrorista estrangeiro que, a despeito da crueza de seus homicídios, foi descrito pelo então advogado como uma “pessoa não-perigosa”. Anteontem, fechou as cortinas do seu palco judiciário com uma decisão que dá margem a uma futura descriminalização, por togados, do aborto até 12 semanas de gestação e, uma vez aberto o precedente nefasto, ao feticídio em qualquer fase do desenvolvimento. Tantos anos depois, Barroso escancarou a mesma relativização de vidas inocentes, sejam elas ceifadas pela sanha de estranhos ou pela torpeza ainda maior da própria mãe. Na engenharia social coletivista, apartada de uma ordem constitucional democrática, são os poderosos de plantão os responsáveis pela definição daqueles que “merecem” viver e daqueles cujos tecidos humanos podem ser atirados em lixeiras.

crédito: eva darron | unsplash

QUEM NÃO QUER VIAJAR PAGANDO BARATO?

Passagens Imperdíveis:
promoções de passagens aéreas
nacionais e internacionais



Baixe nosso aplicativo grátis: **Passagens Imperdíveis**



○ SAÚDE ADOLESCENTE

Você conhece o médico hebiatra? Saiba por que ele é essencial para os adolescentes

Especialidade médica voltada à saúde do adolescente atua em questões físicas, emocionais e comportamentais, promovendo cuidado integral durante uma das fases mais desafiadoras da vida

■ PAULO LIRA – ASCOM (AGÊNCIA INPRESS PORTER NOVELLI)
paulo.lira@inpresspni.com.br

A adolescência é sinônimo de mudança: no corpo, nas emoções e no comportamento. É nesse período de intensas transformações que surge a figura do Médico Hebiatra, especialista dedicado ao cuidado integral de adolescentes, geralmente entre os 10 e 20 anos de idade. Embora ainda pouco conhecida, a Hebiatria, Especialidade dentro da Pediatria, tem ganhado relevância por atuar como um elo entre o Pediatra e o Clínico Geral, acompanhando o jovem em temas que vão além da saúde física, abrangendo também aspectos emocionais e sociais.

“O Hebiatra é o profissional mais preparado para entender as necessidades específicas do adolescente. Essa é uma fase marcada por dúvidas, inseguranças e descobertas, e ter um acompanhamento médico direcionado faz toda a diferença no desenvolvimento saudável”, explica a Dra. Sofia Simão Martins Lavorato, Médica Hebiatra da Clínica-Escola da Faculdade São Leopoldo Mandic, de Campinas (SP).

A ponte entre a infância e a vida adulta

Enquanto o Pediatra lida majoritariamente nas demandas da infância e o Clínico Geral atende o adulto, o Hebiatra se concentra justamente na transição entre essas duas etapas. Esse Médico está atento não apenas ao crescimento e a puberdade, mas também a aspectos como alimentação, autoestima, sexualidade, saúde mental e uso de tecnologias.

“O adolescente, muitas vezes, não se sente mais à vontade com o Pediatra, que também pode acompanhá-lo nesta fase, mas ainda não tem maturidade para lidar sozinho com as questões que surgem nessa fase. O Hebiatra é esse profissional de confiança, capaz de acolher e orientar com linguagem e escuta adequadas”, complementa a Médica.



Dra. Sofia Simão Martins Lavorato

Prevenção e diálogo como foco

O trabalho do Hebiatra vai além do tratamento de doenças: ele tem forte foco preventivo e educativo. A consulta costuma envolver conversas sobre temas sensíveis, como álcool, drogas, bullying, sexualidade e uso das redes sociais, sempre com sigilo e respeito à individualidade do jovem.

“É um espaço seguro para que o adolescente fale abertamente, sem julgamentos. O Hebiatra atua ajudando o jovem e a família a compreenderem melhor esse momento de transição”, destaca a Professora.

Importância da família e do acompanhamento contínuo

Os Especialistas reforçam que o papel da família é essencial para o sucesso do acompanhamento Hebiátrico. O ideal é que os pais incentivem o adolescente a manter consultas regulares e participem, quando apropriado, das orientações médicas.

“A saúde do adolescente não se resume à ausência de doenças, mas envolve

também equilíbrio físico, emocional e social. O acompanhamento médico adequado pode prevenir problemas futuros, fortalecer a relação familiar e ajudar o paciente a viver uma adolescência mais plena com o desenvolvimento de suas potencialidades”, conclui Dra. Sofia.

ADRIANA RAMALHO

* ADRIANA RAMALHO - FORMADA EM DIREITO, POLÍTICA (VEREADORA EM SP 2016/2020), ATIVISTA SOCIAL E PALESTRANTE SOBRE COMBATE A VIOLENCIA DOMÉSTICA, ALIENAÇÃO PARENTAL, EMPREENDEDORISMO FEMININO, E SAÚDE MENTAL.



Juventude em risco: o impacto da violência urbana na saúde mental dos adolescentes

Arotina de medo, a exposição a episódios de agressão e a vivência cotidiana em territórios marcados pela criminalidade têm deixado marcas profundas na saúde mental de adolescentes brasileiros. Especialistas, dados recentes e relatos de escolas e serviços de saúde apontam que a experiência da violência – física, psicológica e virtual – está associada a aumentos de ansiedade, depressão, transtorno de estresse pós-traumático e queda no rendimento escolar entre jovens. (Dados Agência Brasil).

A dimensão do problema

Um levantamento nacional divulgado em dezembro de 2023 indicou que mais de um quarto dos brasileiros entre 15 e 29 anos afirmaram ter sofrido alguma forma de violência – física, psicológica ou sexual. Esse recorte evidencia que a juventude está entre as faixas etárias mais afetadas. O impacto não é apenas imediato: a exposição precoce à violência compromete trajetórias escolares, redes de sociabilidade e a construção de projetos de vida.

Relatórios recentes sobre segurança pública e violência urbana (como o Atlas da Violência 2025) e estudos sobre saúde mental reafirmam a correlação entre contextos de insegurança e piora nos indicadores de bem-estar psicológico. Esses documentos trazem recortes por faixa etária e mostram que intervenções locais e intersetoriais são essenciais para interromper ciclos de vulnerabilidade. (Fonte: Ipea)

Como a violência atinge a saúde mental dos adolescentes

Profissionais de saúde mental e pesquisas apontam mecanismos claros: exposição direta a agressões, testemunho de crimes na vizinhança, vulnerabilidade econômica e rupturas nas redes familiares aumentam risco de quadros ansiosos, depressivos e traumas complexos. Escolas relatam queda de frequência, evasão e dificuldade de aprendizagem entre estudantes que vivem em áreas mais violentas; os serviços de atenção psicossocial percebem aumento de procura por transtornos relacionados à ansiedade e ao trauma entre jovens.

Dados oficiais e levantamentos mostram também uma ampliação da demanda por serviços: em 2025 houve aumento reportado no número de crianças e adolescentes atendidos em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), apontando tanto o reconhecimento da necessidade quanto lacunas de cobertura.

Quando vereadora, eu presidi a Comissão de Segurança da Câmara Municipal de São Paulo, durante parte do meu mandato, e apresentei diversas proposições ligadas à prevenção da violência e ao atendimento de vítimas. Entre meus projetos de destaque está a criação do Programa “Tempo de Despertar”, voltado à conscientização e responsabilização de autores de violência doméstica, com ênfase em ações educativas direcionadas a homens. A medida foi sancionada como lei municipal e tem relevância porque articula prevenção, responsabilização e trabalho com grupos reflexivos – elementos também importantes quando se pensa em prevenção da violência que afeta famílias e, por consequência, adolescentes.

Além disso, inclui proposições e debates sobre segurança comunitária e políticas públicas para proteção de grupos vulneráveis – o que abre espaço para políticas voltadas especificamente à juventude em risco, como programas de acolhimento nas escolas, articulação entre saúde e assistência social, e fortalecimento de equipamentos territoriais de proteção.

Eu tenho participado de muitos debates e rodas de conversas com interface entre segurança, direitos das mulheres e apoio a famílias. Sabemos que as políticas públicas existentes ajudam, mas

possuem lacunas:

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) oferecem serviços de acompanhamento e reabilitação psicossocial e são referência para casos severos. No entanto, a distribuição é desigual e há estados com cobertura insuficiente para crianças e adolescentes. Ampliação e qualificação do atendimento específico para jovens são necessárias.

O Programa Saúde na Escola (PSE) – Política intersetorial que articula saúde e educação, com potencial para identificação precoce de sofrimento mental e ações de promoção da saúde nas escolas tem tido muitos avanços e mas também desafios na implementação, sobretudo em regiões vulneráveis. Fortalecer o PSE com equipes permanentes de saúde mental e protocolos de acolhimento para vítimas de violência amplia sua efetividade.

Iniciativas do governo e do Judiciário (como painéis sobre saúde mental no sistema socioeducativo) vêm aprimorando o diagnóstico e a visibilidade dos serviços – um passo importante para planejar políticas. Ainda assim, a integração entre segurança, saúde, educação e assistência social segue como desafio.

Com base em evidências e debates, vemos muitas propostas com potencial de reduzir o impacto da violência sobre a saúde mental de adolescentes: como a ampliação e interiorização dos CAPS infanto-juvenis – criar e financiar centros especializados em saúde mental para crianças e adolescentes em áreas com lacunas assistenciais, o fortalecimento do Programa Saúde na Escola com equipe fixa de saúde mental – psicólogos e assistentes sociais vinculados a redes escolares em territórios de risco para acolhimento, triagem e encaminhamento, apoio aos programas de prevenção em comunidade – oficinas socioemocionais, mediação de conflitos, atividades culturais e formação de lideranças juvenis para reduzir a exposição a riscos e ampliar repertórios de resolução não-violenta, uma rede integrada de respostas a crises – protocolos que articulem polícia comunitária, serviços de saúde e assistência social para atendimento rápido a adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, com foco em proteção e cuidado psicológico imediato. (base: recomendações de estudos e organizações de saúde pública).

Importante também é a capacitação de professores e profissionais escolares – formação para identificar sinais de trauma, encaminhar adequadamente e reduzir estigmas sobre saúde mental.

As propostas existem em diferentes frentes, mas dependem de financiamento, vontade política e coordenação intersetorial. Minha experiência legislativa mostra que medidas locais e leis municipais podem criar espaços de ação; porém, sua aplicação precisa ser acompanhada por investimentos em serviços de saúde, educação e proteção social.

A violência urbana é um fator estrutural que imprime danos duradouros à saúde mental de adolescentes. Para enfrentá-la, é preciso combinar políticas públicas já existentes com estratégias de expansão, integração e prevenção focalizadas nas escolas e comunidades. Projetos de lei e programas municipais de parlamentares engajados no tema, são importantes pontos de partida; a grande tarefa agora é traduzir proposições em serviços disponíveis, acessíveis e eficazes para os jovens que mais precisam.

**PROTEJA SUAS CONQUISTAS,
CONTE COM A
REALIZA**



Assistências que atendem suas necessidades 24 horas sete dias por semana.

REALIZA
SEGUROS

Rua: Joana Angélica, 245 – 1º Andar – Sala 01
Sênio Clínica – Brumado – BA

(77) 9 9957-6500

RACISMO - ENTREVISTA

RACISMO VAI ALÉM DA COR: ENVOLVE ORIGEM, GÊNERO E PAPÉIS SOCIAIS, APONTA PROFESSORA DOUTORA LUCIANA PEREIRA.

■ KAROL GOMES – ESPECIAL PARA O JS

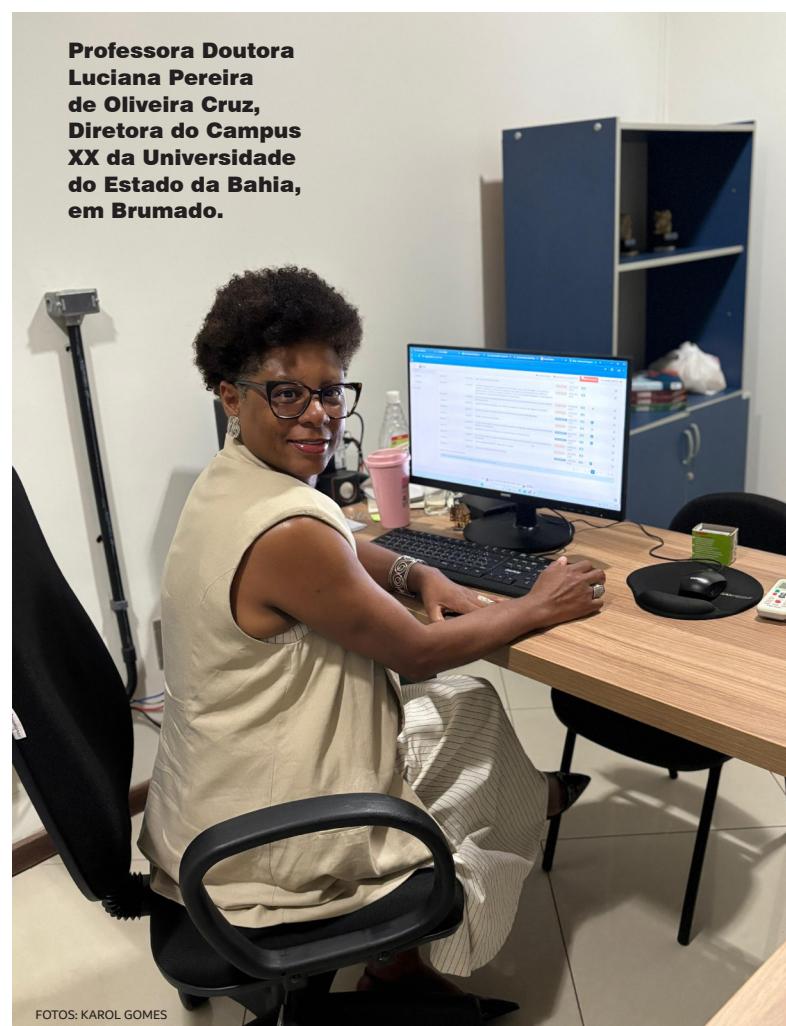
redacao@jornaldosudoeste.com

Instituído pela Lei nº 12.519, de 2011, o Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, homenageia Zumbi dos Palmares, líder do maior Quilombo do período colonial, localizado entre Alagoas e Pernambuco. A data marca o assassinato de Zumbi e foi escolhida pelo Movimento Negro Unificado como símbolo da luta contra a escravidão e pela conquista de direitos.

O mês de novembro, conhecido como “Novembro Negro”, tornou-se referência para ações e debates sobre racismo. Especialistas destacam que, longe de ser um conjunto de episódios isolados, a discriminação

racial é um fenômeno estrutural que atravessa instituições, relações sociais e práticas culturais. Cada ato discriminatório carrega o peso de uma história marcada pela exclusão e pela desigualdade.

Dados recentes revelam que pessoas negras são maioria entre os desempregados, recebem salários menores e estão mais expostas à violência policial. Além disso, enfrentam barreiras de representatividade em espaços de poder. Essa realidade evidencia que o racismo não se limita a atitudes individuais, mas se reproduz em políticas públicas insuficientes e práticas institucionais que perpetuam a exclusão.



FOTOS: KAROL GOMES

JORNAL DO SUDOESTE: Quem é Luciana Pereira de Oliveira Cruz?

PROFESSORA LUCIANA PEREIRA: eu sou Luciana Pereira de Oliveira Cruz, sou professora, sou uma mulher negra, sou mãe, sou filha, tenho cinquenta e quatro anos e sou uma mulher nordestina. Em primeiro lugar eu quero já começar agradecendo a oportunidade de fazermos essa entrevista e estou à disposição de vocês para tratarmos de temas que eu tenho certeza que são pertinentes para o nosso dia a dia.

JS: Nós ficamos extremamente agradecidos com a sua presença, em poder contar com a senhora para poder responder perguntas tão importantes não só dentro de Centros Estudantis como ESSE (Campus da Uneb Brumado), mas para a sociedade como um todo. E gostaríamos de iniciar com a pergunta que entendemos extremamente marcante: o que é e como a senhora define o racismo e quais são suas principais manifestações na

Para Especialistas em Direitos Humanos, enfrentar o racismo exige reconhecer sua dimensão estrutural. Não basta punir atos isolados, é necessário transformar mentalidades, Instituições e políticas públicas. “O racismo não é acidente, nem exceção. É um sistema que se reproduz diariamente e precisa ser combatido coletivamente”, afirma a Professora Doutora Luciana Pereira de Oliveira Cruz, Diretora do Campus XX da Universidade do Estado da Bahia, em Brumado, que faz questão de orgulhosamente se definir como “professora, mulher negra, mãe, filha, uma mulher nordestina”, que em entrevista exclusiva ao JS, reforçou que o racismo está enraizado nas estruturas sociais e culturais que moldam o cotidiano brasileiro.

Segundo a gestora, práticas discriminatórias se perpetuam ao longo da história e continuam impactando a vida da população negra. Para ela, a Educação é caminho fundamental para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

“O racismo não é apenas um problema individual. Ele está presente nas Instituições e nas relações sociais, e só será superado com mudanças profundas na forma como pensamos e agimos”, destacou.

Confira os principais trechos da entrevista:

sociedade contemporânea?

PROFESSORA LUCIANA PEREIRA: O racismo não é um fenômeno exclusivo do mundo contemporâneo; trata-se de um processo histórico que discrimina pessoas com base em sua imagem, fenótipo, aparência ou condição social. Mais do que isso, é uma prática que influencia a construção da identidade, moldando relações e percepções. Institucionalizado tanto na sociedade brasileira quanto em outras partes do mundo, o racismo nasce da ideia de que determinados grupos humanos seriam superiores ou mais importantes que outros. Não se limita a atitudes individuais: é também um comportamento coletivo, que se manifesta em pré-conceitos criados sobre o outro – seja pela cor da pele, pelo cabelo, pelo estereótipo físico, pelas roupas ou pela forma de se comportar. Essa dinâmica de interpretação entre pessoas se revela de maneira mais explícita contra populações negras, pobres e povos originários. Reconhecer esse caráter coletivo do racismo é o primeiro passo para compreendê-lo, pois vivemos em uma sociedade estruturada sobre práticas racistas.

“

Sou uma mulher negra que reconhece o quanto a Escola evidenciou diferenças em minha vida. Mas foi também nesse espaço que compreendi que o conhecimento seria a chave para transformar o racismo que já havia enfrentado em uma nova realidade. Na Escola descobri que o racismo existe e percebi que era ali mesmo que deveria combatê-lo: estudando mais, aprendendo mais e reafirmando que todos nós temos capacidade intelectual.

”

JS: A senhora poderia explicar as diferenças entre o racismo estrutural, institucional, cotidiano e internalizado?

PROFESSORA LUCIANA PEREIRA: O racismo internalizado é um ponto de partida importante para compreender como essa prática se manifesta. No primeiro contato entre crianças, não há preocupação com cor da pele, tipo de cabelo, origem social ou condição econômica. Essas distinções são construções sociais criadas historicamente para inferiorizar determinados grupos diante de outros. Ao longo da história, tanto no Brasil quanto no mundo, especialmente nas Américas, sempre houve disputas de poder. Não se trata apenas de uma relação entre fortes e fracos, mas de diferentes formas de dominação que estruturaram uma sociedade baseada em aparências, comportamentos e estereótipos como critérios discriminatórios de identidade. Por isso, acredito que nenhuma criança nasce racista. O que ocorre é que, ao ouvir e vivenciar discriminações, ela pode intrometer a ideia de que o outro é diferente ou inferior. Esse processo é resultado de uma construção coletiva, pois somos seres sociais e nossa identidade se forma nos espaços em que vivemos. A Escola, por exemplo, é um ambiente onde a discriminação se mani-

festa de forma marcante. Foi nela que percebi pela primeira vez que havia diferenças entre crianças brancas e negras. Em casa, como filha de um pai negro e irmã de oito filhos, sempre considerei natural a diversidade. Mas na Escola compreendi que nem todos compartilham da mesma cor de pele, textura de cabelo ou origem, e que existe um passado histórico que impõe classificações sociais. Esse contexto revela o racismo estrutural: uma base social que define quem tem acesso à Escola, quem pode ocupar determinados cargos e quem detém direitos. Não se limita à cor da pele, mas envolve também questões de origem, gênero e papéis sociais. Sou uma mulher negra que reconhece o quanto a Escola evidenciou diferenças em minha vida. Mas foi também nesse espaço que compreendi que o conhecimento seria a chave para transformar o racismo que já havia enfrentado em uma nova realidade. Na Escola descobri que o racismo existe e percebi que era ali mesmo que deveria combatê-lo: estudando mais, aprendendo mais e reafirmando que todos nós temos capacidade intelectual. O problema não está no fenótipo, mas sim em uma estrutura institucionalizada que insiste em criar barreiras e desigualdades.



JS: De que forma o legado colonial ainda influencia as instituições e práticas sociais atuais?

PROFESSORA LUCIANA PEREIRA: O legado colonial continua fortemente presente em nossa sociedade. Ele se manifesta nas dúvidas e questionamentos sobre a capacidade das pessoas de exercerem plenamente suas ações no cotidiano. É preciso reconhecer que ainda há preconceito racial, diferenças entre brancos, negros e indígenas, e desigualdades entre homens e mulheres. Esse legado se revela na luta constante de grupos sociais – especialmente da população negra e dos povos originários – para garantir direitos básicos e ocupar espaços que historicamente lhes foram e têm sido negados. Dentro e fora da Academia, nas Instituições Públicas e Privadas, o distanciamento é evidente: quantos juízes negros conhecemos? Quantos médicos negros? Quantos profissionais em diversas áreas ainda enfrentam barreiras simplesmente por sua origem ou aparência? Ao falar de racismo, é impossível não destacar a situação das mulheres negras, que ocupam os níveis mais baixos da pirâmide social. São elas que mais

trabalham e, paradoxalmente, recebem menos. Essa realidade é fruto direto do processo de colonização, que estruturou desigualdades e perpetuou discriminações que ainda hoje moldam nossa sociedade.

JS: Quais evidências ou dados a senhora utilizaria para mapar e fundamentar os impactos do racismo nas estruturas sociais?

PROFESSORA LUCIANA PEREIRA: Hoje, na sociedade brasileira, cerca de 54% das famílias são sustentadas por mulheres. Dentro desse quadro, a maioria é composta por mães solo. Se analisarmos os dados, entre 52% e 54% dessas mulheres são responsáveis pelo sustento de suas famílias, e quase 30% delas são negras. Esse é um dado institucional que precisa ser reconhecido, pois reflete uma estrutura social marcada pelo legado colonial, que historicamente desfavorece determinados grupos. Na prática, isso se evidencia em diferentes espaços. Quem ocupa as Escolas? Onde está a população negra? Onde estão os povos indígenas? Onde estão as mulheres? Embora na Educação haja avanços, em outros setores a desigualdade permanece

evidente. Um exemplo é o encarceramento. Os números mostram que a população negra é a mais atingida, e que jovens negros são presos e mortos pela Polícia em proporção muito maior do que jovens brancos.

Esses dados são reais e institucionais. Precisamos falar sobre eles, porque revelam como o racismo estrutural e as desigualdades de gênero e origem continuam moldando nossa sociedade.

“

No campo da Saúde, há estudos que comprovam que mulheres negras são vistas como mais resistentes à dor durante o parto. Por essa razão, recebem doses menores de anestésicos em comparação às mulheres brancas. Esse é um dado grave, que evidencia uma construção social marcada pelo legado colonial, segundo a qual pessoas negras suportariam mais sofrimento físico.

”

JS: Como o racismo se manifesta nos Sistemas em que estamos inseridos Saúde, Educação, na Justiça, no mercado de trabalho?

PROFESSORA LUCIANA PEREIRA: Gostaria de iniciar abordando um tipo de racismo que muitas vezes não é tão visível, mas que se manifesta nas relações afetivas. As mulheres negras, por exemplo, são muito mais abandonadas por seus companheiros do que as mulheres brancas, e isso revela um dado institucional que precisa ser considerado. No campo da Saúde, há estudos que comprovam que mulheres negras são vistas como mais resistentes à dor durante o parto. Por essa razão, recebem doses menores de anestésicos em comparação às mulheres brancas. Esse é um dado grave, que evidencia uma construção social marcada pelo legado colonial, segundo a qual pessoas negras suportariam mais sofrimento físico. Trata-se de uma questão que deveria ser enfrentada não apenas pela Saúde, mas também pela Justiça. Se olharmos para os atendimentos em UPAs (Unidades de Pronto-Atendimento 24 h) e Prontos-socorros, percebemos que a população negra está presente em maior número, mas ainda carece de pesquisas específicas que considerem suas necessidades. Doenças como Anemia Falciforme, Hipertensão Arterial e Colesterol elevado atingem de forma desproporcional essa população, mas os estudos voltados para ela ainda são incipientes. Outro exemplo é a questão do protetor solar: pessoas negras também precisam desse cuidado, mas os produtos adequados à sua pele são mais caros e pouco divulgados, o que reforça desigualdades no acesso à Saúde. Digo isso a partir da minha própria experiência: quando compro protetor solar, percebo que ele é mais caro. Isso acontece porque a coloração e a pigmentação necessárias para adequar o produto ao tom da minha pele têm um custo maior do que aquelas utilizadas em protetores destinados a pessoas de pele clara. Além da Saúde, é preciso falar de Educação e Justiça. No Brasil, já existem Políticas de Cotas e Leis importantes, como a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008, que determinam

a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no currículo das Redes de Ensino Público e Privado. No entanto, essas Leis ainda não são plenamente cumpridas. Muitas vezes, conteúdos relacionados à Cultura Africana e Indígena são tratados como temas transversais, com carga horária reduzida, enquanto a Educação segue centrada no eurocentrismo. Isso invisibiliza a contribuição africana para áreas como Ciência e Matemática. Apesar disso, considero a Escola um espaço fundamental para desconstruir preconceitos e promover novas identidades. O debate sobre cotas, por exemplo, precisa ser ampliado. Tenho um filho negro que, por ter uma base familiar estruturada, consegue acessar oportunidades. Mas essa não é a realidade da maioria. Muitos jovens negros dependem das políticas de cotas para ingressar e permanecer na Universidade, transformando o conhecimento em ações que beneficiem suas comunidades.

JS: Na visão da senhora há políticas públicas ou estruturas institucionais que ainda reduzem o racismo? Como isso se apresenta no cotidiano?

PROFESSORA LUCIANA PEREIRA: A política de cotas é fundamental e tem promovido transformações significativas no campo do conhecimento e da pesquisa. A Universidade do Estado da Bahia (Uneb), por exemplo, realizou recentemente a reunião do COF Cotas (Comissão de Orientação e Fiscalização do Sistema de Cotas), demonstrando a importância de uma política institucional que precisa ser fortalecida e valorizada. Além disso, a Uneb conta com o Programa Afirma, voltado para pesquisas relacionadas à população negra, iniciativa que também se estende a outras Universidades. No entanto, ainda existe um grande espaço de disputa e é preciso continuar lutando para que essa política de cotas garanta o acesso de um número cada vez maior de pessoas negras, indígenas, trans, ciganas e quilombolas ao Ensino Superior. Afinal, para muitos, a Universidade ainda é uma realidade distante para muita gente.



TAISE RODRIGUES

**STUDIO
FOTOGRÁFICO**

(77) 98858-1020

LICENÇA AMBIENTAL – (LICENÇA DE OPERAÇÃO)

LT TRANSPORTES DE CARGAS LTDA

LT TRANSPORTES DE CARGAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 32.025.065/0001-88, com sede na Rodovia BR030, N°4130, Complemento: KM 363 – Anel Rodoviário, Bairro: Esconso – Sede, CEP: 46.117-712 em Brumado – BA, torna público que vem requerer a Prefeitura Municipal de Brumado, o licenciamento ambiental (Licença de Operação) para a atividade de 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional a ser implantada no endereço acima.

“

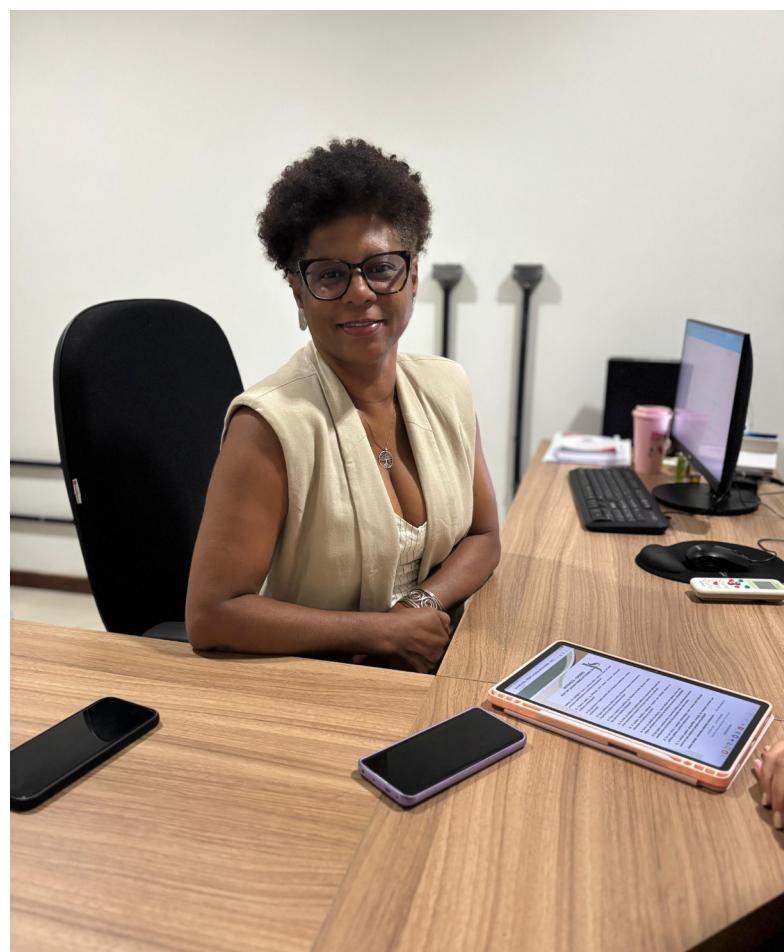
Acredito que temos avançado, e esse avanço se dá pelo conhecimento. O caminho é a Educação, a Arte e também o Sagrado. As Religiões de Matriz Africana desempenham um papel essencial, pois preservam e transmitem, por meio da oralidade e da prática, um legado histórico que resiste ao tempo e continua vivo em nossa sociedade.

”

JS: A senhora identifica mudanças recentes que sinalizam avanços ou retrocessos no combate ao racismo?

PROFESSORA LUCIANA PEREIRA: Acredito que temos avançando, e esse avanço se dá pelo conhecimento. O caminho é a Educação, a Arte e também o Sagrado. As Religiões de Matriz Africana desempenham um papel essencial, pois preservam e transmitem, por meio da oralidade e da prática, um legado histórico que resiste ao tempo e continua vivo em nossa sociedade. Não podemos

esquecer que, além das políticas de cotas e de outras políticas públicas voltadas ao desenvolvimento, é fundamental reconhecer a força desse legado que se mantém através do Sagrado e das tradições afrodescendentes. E a Cultura? Ela também é parte indispensável desse processo. A Arte, a Literatura e a Música são espaços de permanência e de fortalecimento, que contribuem para consolidar e ampliar essas ações de resistência e transformação.



JS: Na opinião da senhora, raça se articula com gênero, classe, etnia, religião, deficiência ou imigração nas dinâmicas de exclusão e desigualdade? De que forma essas minorias às quais temos acesso atualmente se relacionam entre si? Elas estão interligadas, comunicam-se e fazem sentido umas em relação às outras?

PROFESSORA LUCIANA PEREIRA: Em primeiro lugar, somos seres sociais e não podemos ser definidos por uma única dimensão. Somos múltiplos. Eu, por exemplo, comecei me reconhecendo como mulher negra, professora, mãe e filha. Essas identidades se entrelaçam e se conectam às questões de gênero: sou mulher, nordestina, brasileira, latino-americana. Isso me constitui, mas também carrego uma origem ligada ao Sagrado - cresci em uma família Católica, que ao mesmo tempo mantém raízes profundas nas Religiões de Matriz Africana, como o Candomblé. Portanto, não sou apenas uma coisa, e ninguém é. Quando falamos de gênero, raça e identidade, prefiro usar o termo identidades, no plural, porque somos feitos de muitas camadas. Aqui, sou Luciana professora. Na casa da minha mãe, sou filha. Na minha casa, sou mãe e esposa. Todas essas dimensões coexistem e juntas formam o que significa ser humano em sociedade. Não podemos separar essas dimensões, porque elas se entrelaçam. É verdade que, nos últimos anos, os estudos sobre cada uma dessas categorias têm contribuído para fortalecer a construção de múltiplas identidades. Eu, Luciana, sou uma mulher com mais

“

... Quando falamos de gênero, raça e identidade, prefiro usar o termo identidades, no plural, porque somos feitos de muitas camadas. Aqui, sou Luciana professora. Na casa da minha mãe, sou filha. Na minha casa, sou mãe e esposa. Todas essas dimensões coexistem e juntas formam o que significa ser humano em sociedade.

”

de cinquenta anos - isso já me dá uma identidade. Mas sou também uma mulher negra, que vive no interior da Bahia. São várias identidades que nos constituem e que não podem ser analisadas isoladamente. Quando falamos dessas questões, tudo está conectado. E, ao tratar do processo histórico, não podemos reduzi-lo apenas à imigração. A minha origem, como a de tantos outros, não vem de um movimento migratório voluntário, mas de uma retirada forçada de uma população: a população negra. Esse passado histórico é parte fundamental da nossa identidade coletiva. Sou neta de um homem negro e de uma indígena, e minha avó era portuguesa. Essa mistura de origens compõe a minha identidade. Não sou uma só, e ninguém é. A primeira coisa que precisamos compreender é que não somos uma condição única, mas múltiplas dimensões. Eu sou mulher, sou mulher negra, e minha identidade é formada por diversas coletividades. Quando falamos de migração, é importante lembrar que nossa identidade nasce de um processo histórico de mistura - de culturas, de origens, de experiências. Somos muitas coisas ao mesmo tempo, e todas essas identidades dialogam e se convergem para formar quem somos. Hoje sou uma mulher de quase cinquenta e cinco anos, mas há cinco anos me definia como uma mulher de cinquenta. Isso mostra como nossas identidades também se transformam com o tempo. Agora, além de gênero e raça, carrego também a questão do etarismo, que surge com a idade. O corpo sinaliza essas mudanças, mesmo quando a mente ainda não chegou lá.

JS: Que papel a memória coletiva e o entendimento histórico no desempenho na formação das percepções atuais sobre o racismo?

PROFESSORA LUCIANA PEREIRA: O colonialismo ainda produz separações – e de diferentes formas. Ele se revela, por exemplo, quando uma mulher negra recebe salários muito inferiores aos de um homem negro, que por sua vez, muitas vezes, ganha menos que um homem branco. Da mesma forma, uma mulher branca também recebe menos que um homem negro. Essas desigualdades estão presentes e se relacionam diretamente com a ocupação dos espaços de poder. Nesse contexto, o papel da memória coletiva é fundamental: não permitir que o passado seja interpretado apenas por um grupo social. A história não pode ser contada por um único olhar, porque ela é feita de múltiplas partes e precisa ser compreendida em sua diversidade. Não vivemos apenas um processo de colonização em que “o negro chegou aqui”; o negro foi retirado de seu espaço. Os povos indígenas não são uma figura única, eles são os povos originários, estavam aqui antes da colonização. Como lembra Ailton Krenak (líder indígena, ambientalista, filósofo, poeta e escritor brasileiro da etnia Krenak, integrante da Academia Brasileira de Letras), é necessário compreender os vários passos da história e reconhecer as múltiplas faces da coletividade. A memória deve ser revisitada e enxergada desse lugar plural, porque contar apenas um lado da história significa dar razão a apenas um grupo – é a realidade é muito mais complexa do que isso.

JS: De que forma a pesquisa antropológica sobre o racismo pode influenciar políticas públicas e práticas institucionais?

PROFESSORA LUCIANA PEREIRA: A Pesquisa Antropológica e Sociológica exerce um papel fundamental, pois revela, por meio de dados, não apenas aspectos históricos, mas também dimensões materiais, culturais, políticas e sociais. Ela permite compreender como se constituíram as relações de poder em nossa sociedade. Dentro dessa perspectiva, a Antropologia afirma que temos uma história e um legado que precisam ser conhecidos, e que a pesquisa deve se apoiar em uma relação de verdades. O papel da Antropologia, no entanto, vai além da coleta de informações. Trata-se de dar espaço e visibilidade às vozes daqueles que são objeto de estudo, promovendo conhecimento a partir de diferentes perspectivas e olhares. Não se trata apenas de “dar voz”, pois isso já pressupõe uma relação de poder; é necessário desconstruir essa lógica e trazer à tona aquilo que precisa ser reconhecido e compreendido. Assim, a Antropologia contribui para resgatar e valorizar o legado presente nas dimensões históricas, sociais, políticas, econômicas e também no Sagrado, permitindo que memórias e saberes sejam revisitados e incorporados como parte essencial da construção coletiva do conhecimento.

JS: A senhora pode compartilhar exemplos de mudanças concretas que ocorrem após o Projeto de Pesquisa Antropológica? Quais são essas mudanças visíveis que a gente pode observar após realizar esse tipo de pesquisa?

PROFESSORA LUCIANA PEREIRA: O campo da História, da Antropologia e da Sociologia tem como foco central a questão humana, trazendo à tona, de forma especial, os aspectos sociais. A pesquisa nessas áreas cumpre o papel de revelar tanto as ações coletivas quanto as histórias individuais que compõem nossa trajetória. Quando a Antropologia expõe essas dimensões, percebemos que elas estão ligadas às lutas do passado, às batalhas travadas por nossos ancestrais que não tiveram as mesmas oportunidades. Minhas avós, por exemplo, não estudaram; minha mãe também não chegou à Universidade. Entre minhas seis irmãs, muitas não tiveram acesso ao Ensino Superior, ao Mestrado ou ao Doutorado, como eu consegui alcançar. Essas diferenças mostram como políticas públicas são fundamentais. Elas só se concretizam quando há conhecimento, e é justamente esse conhecimento que abre caminhos para transformar realidades e garantir que novas gerações tenham oportunidades que antes foram negadas. Quando você me pede uma ação, está falando de algo concreto. A Lei 10.639 é um exemplo disso: ela tornou obrigatório o Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira nas Escolas. Durante muito tempo, a história do povo negro era reduzida a algumas imagens nos livros didáticos. Hoje, precisamos estudar disciplinas como História, Matemática, Língua Portuguesa, Geometria e Geografia a partir de uma nova perspectiva. Essa não é apenas uma política surgida das pesquisas, mas sim uma ação efetiva que transforma a forma como o conhecimento é construído e transmitido. Não podemos esquecer que o campo da Cultura é formado por diversas áreas do conhecimento, e essas áreas só se concretizam quando entendemos que não se trata de um único campo isolado. Não é possível estudar a

história do povo negro sem reconhecer, por exemplo, que a Matemática não nasceu na Grécia, mas tem origem na África; que a Literatura, a escrita, o registro e a construção da memória também foram produzidos por diferentes povos e olhares. De forma concreta, temos a Lei 10.639 e a Lei 11.645, ambas fundamentais no campo da Educação. São políticas que não se limitam apenas ao Ensino, mas que atravessam e impactam diversas áreas do conhecimento, ampliando perspectivas e fortalecendo a valorização da diversidade cultural e histórica.

JS: Quais contribuições a Antropologia pode oferecer as formações acadêmicas e profissionais para o enfrentamento do racismo?

PROFESSORA LUCIANA PEREIRA: Antropologia e Sociologia são duas áreas do conhecimento nas quais atuo. A Antropologia se dedica ao estudo da cultura e do indivíduo, enquanto a Sociologia traz outra perspectiva: a dinâmica do social, do coletivo, como o próprio nome indica. Essas áreas têm uma contribuição essencial, pois não é possível construir conhecimento sem considerar o que veio antes de nós. Que pesquisas já foram realizadas? Não podemos pensar que agora “descobrimos a roda”; precisamos reconhecer que há um legado acumulado. Nesse sentido, a Antropologia desempenha um papel fundamental, porque produz um legado cultural que nasce da experiência do indivíduo inserido em um coletivo – e esse indivíduo nunca está sozinho. Esse aspecto é extremamente importante, pois nenhuma área do conhecimento se constitui de forma isolada. Todas estão interligadas e se complementam na construção de saberes. Então, não dá para estudar Antropologia sem compreender que a Cultura está ligada à Matemática. Não é possível entender que, para produzir um utensílio, é necessário também o conhecimento da Química. Eu não consigo fazer uma tigela de barro sem saber que devo misturar água e barro em determinadas proporções, para depois levar ao forno e dar origem ao objeto. Para isso, preciso da Química, preciso da Física. Todas essas áreas do conhecimento se interligam. Para produzir uma nota musical, é preciso saber contar os números. Esses campos não podem ser tratados de forma isolada, pois se alinham e se complementam. No campo jurídico, a própria Antropologia exerce um papel fundamental: trazer a perspectiva do conhecimento que envolve o passado para compreender o presente. Não é possível entender o hoje sem reconhecer o que se passou com nossos ancestrais e com nossa história.

JS: Como educar estudantes e profissionais para reconhecer e enfrentar os preconceitos raciais de forma crítica e transformadora?

PROFESSORA LUCIANA PEREIRA: Em primeiro lugar, precisamos trabalhar com a questão de que o conhecimento deve chegar a todos. Há algo fundamental a compreender: quando iniciei a entrevista dizendo que fui na Escola que descobri que era negra, é porque fui ali que percebi que existem diferenças, e que essas diferenças estão presentes em nosso cotidiano. Mas é necessário falar sobre elas. Nossa identidade é formada por uma diversidade, e nós, enquanto profissionais da Educação e também enquanto estudantes, precisamos reconhecer isso. Afinal, acredito que todos nós temos a capacidade de aprender diariamente, de forma contínua. E nós, enquanto estudantes e professores, precisamos nos sensibilizar de que não existe construção de conhecimento de forma isolada. É necessário romper com essas barreiras. E romper com essas barreiras significa o quê? Significa reconhecer que, por muito tempo, nosso passado foi negado, compreender em que medida ele foi negado e por quais razões. Isso aconteceu porque determinados grupos eram os responsáveis por narrar e constituir essa história. Quando rompemos com essa lógica, passamos a desenvolver a capacidade de criar novos olhares, e são esses novos olhares que projetam a Educação para o futuro. Eu pertenço a uma geração em que a Educação já começava a chegar à maioria das Escolas, e foi nesse espaço que iniciamos discussões sobre o que era racismo e o que não era. Ainda hoje, essa é uma necessidade cotidiana, pois as separações continuam existindo. Quem está na Escola Pública? Quem está na Universidade Pública? Quem está nas Instituições Privadas? E, ainda assim, que tipo de conhecimento está sendo construído? Com quem os jovens estudantes estão se preparando e para quê? Para ocupar quais lugares? São esses espaços de poder que precisamos transformar, na perspectiva de compreender seu verdadeiro papel. Eu, enquanto Diretora negra dentro desta Universidade, uma mulher negra, qual é a minha responsabilidade? É mostrar aos meus estudantes que qualquer lugar que desejarmos ocupar é possível. Nunca tive alguém que batesse no meu ombro e dissesse: “você vai estar nesse lugar”.

Não. É um espaço conquistado pela luta. Historicamente, de muita luta, para chegar até aqui e permanecer. E isso só foi possível porque existe uma trajetória coletiva de construção de conhecimento. Eu não cheguei aqui sozinha. Cheguei acompanhada de todos que estão ao meu redor: minha família, meu companheiro, minhas irmãs, minha mãe. Não foi uma caminhada solitária para ocupar esse espaço. Então, essa construção é contínua. Todos os dias estamos de mãos dadas com outras pessoas para ocupar esse lugar. É como diz Angela Y. Davis (filósofa norte-americana que se tornou um símbolo da resistência contra o racismo e a repressão estatal após sua prisão em 1970. Segue atuando na defesa da justiça social): quando a mulher negra alcança determinado espaço, toda a pirâmide social se transforma. Isso porque sempre estivemos na base, e para mudar a estrutura da sociedade precisamos, de fato, transformar essa base. Como é que mudamos isso? Com conhecimento. É essa a grande questão que a precisamos entender.

JS: Na opinião da senhora, qual o papel da imprensa na construção das percepções sociais sobre grupos raciais?

PROFESSORA LUCIANA PEREIRA: A imprensa tem um papel fundamental, mas ainda está a serviço de determinados interesses políticos. Quando certos posts são divulgados, eles contribuem para a construção de uma imagem que exerce grande influência. Como afirma Abdias do Nascimento (ator, poeta, dramaturgo e defensor dos direitos humanos, reconhecido por sua luta incansável pela igualdade racial no Brasil), “é a imprensa que também constrói e desconstrói determinados padrões”. Se hoje conseguimos nos reconhecer, é preciso lembrar que, durante muito tempo, não havia mulheres negras ocupando espaços na imprensa ou na mídia – seja na televisão, nos lugares de poder, nas novelas ou nos jornais. Então, quando a mídia começa a reconhecer esse espaço e, por exemplo, quando eu passo a me reconhecer nele, quando nós nos encontramos nesse lugar, é preciso agradecer a determinadas figuras. É por isso que Glória Maria foi tão importante dentro do jornalismo. Quando ela faleceu, escrevi um texto dizendo que todas nós queríamos ser Glória Maria. E por quê? Porque eu sonhava em ser jornalista ao vê-la na televisão, ocupando aquele espaço que antes não existia para mulheres negras. Foi ali que eu entendi, se ela podia, eu também poderia, quem sabe um dia, chegar a esse lugar. É por isso que a mídia tem esse papel tão importante. Quando vemos tantas outras pessoas ocupando esses espaços, significa que nós também podemos chegar lá. Todas nós queríamos ser Glória Maria, porque nela víamos alguém que conquistou seu lugar, que estava na mídia. E, falando de mim, a primeira coisa que

desejei na vida, quando comecei a amadurecer, foi olhar para Glória Maria na televisão e pensar: ela viajava o mundo, então eu também queria viajar, conhecer o mundo. O texto que escrevo é justamente sobre isso.

JS: Há algo que a senhora acredita que raramente é perguntado em entrevista como essa sobre o racismo e que deveriam ter um lugar de importância, falar sobre isso, ser mostrado para as pessoas?

PROFESSORA LUCIANA PEREIRA: Quais foram os momentos em que já sofri racismo? Foram muitos e ainda continuam sendo. Um exemplo, quando me tornei Diretora, certa vez estava no pátio da Ueb e uma pessoa se aproximou dizendo: “quero falar com o responsável, o Diretor desta Instituição”, sem imaginar que poderia ser uma mulher. Ao entrar na minha sala e perceber que eu era a Diretora, e ainda por cima uma mulher negra, essa pessoa se surpreendeu. “Imaginou: É você? Ah! Não sabia que você era a Diretora, não imaginei que seria a Diretora deste lugar.” Situações como essa acontecem todos os dias, e por isso precisamos exemplificar o motivo. Ainda há quem entenda determinadas circunstâncias como algo emblemático, questionando qual é o lugar que estamos ocupando. Eu digo isso com tranquilidade: sofremos racismo diariamente. Quando eu digo que sou Doutora, que sou Pós-Doutora, muitas pessoas ainda perguntam: “É mesmo?”. Isso mostra que a competência de estar nesse lugar não significa ser mais ou menos importante do que ninguém, mas revela que ainda há dúvidas sobre nossa presença nesses espaços. O mais importante é compreender que esse lugar nos pertence. É isso que sempre afirmo. E, tantas vezes, me perguntaram como descobri o que é racismo. Eu continuo respondendo: foi na Escola. Na primeira Escola em que estudei, havia apenas eu e outra criança negra. Ali enfrentamos todos os tipos de preconceito e racismo, sendo colocadas na condição de ter menos capacidades ou condições, quando isso não correspondia à verdade. O racismo está presente, e não tenho dúvidas de que continua acontecendo com outras pessoas, outras crianças e outras mulheres, em diferentes espaços, sobretudo nos espaços de poder. É isso.

JS: A senhora gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

PROFESSORA LUCIANA PEREIRA: Sim. Que a nossa luta não se restrinja apenas ao mês de novembro, mas que seja cotidiana. Eu falo dessa luta diária para que mais jovens, mais filhas e filhos possam alcançar diferentes áreas do conhecimento e afirmar: “você pode chegar onde quiser, porque eu cheguei onde queria”. E sigo chegando. É isso.

LUCIANA PEREIRA DE OLIVEIRA CRUZ

Possui Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Vale do Rio Doce – Univale; Especialista em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb); nas áreas de Ciências Humanas, Sociedade Brasileira e Sociologia, Cultura afro-brasileira, Sociologia da Educação, Sociologia Jurídica, Direito e Sociedade; Mestre em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia – Ueb; Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia – Ueb; Coordenadora do Curso de Licenciatura em Sociologia- Plataforma Freire (Capes/Ueb) da Ueb/Campus XX/Brumado; ex-Coordenadora da Secretaria Especial de Articulação Interinstitucional (Seai) da Ueb; Coordena o Laboratório de Estudos sobre Educação, Direito e Diversidade da Ueb/Campus XX/Brumado e o Observatório interdepartamental de Ações Governamentais - OIA/Ueb. Atualmente é Diretora do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias- Ueb/Campus XX/Brumado e Coordenadora local do Diagnóstico das Escolas do Campo na Bahia- Polo Brumado.



SAÚDE DO HOMEM - CÂNCER DE PRÓSTATA

UROLOGISTA DESTACA A IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO PRECOCE E ALERTA PARA CUIDADOS E QUEBRA DE TABUS

DANIELA PALMEIRA – ESPECIAL PARA O JS

redacao@jornaldosudoeste.com

Omês de novembro marca o início das ações da campanha Novembro Azul, voltada para conscientizar os homens sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do Câncer de Próstata.

Dados do Instituto Nacional do Câncer (Inca) estimam que, entre 2023 e 2025, haverá 67,86 casos a cada 100 mil homens, o que representa cerca de 71.730 novos diagnósticos por ano. O órgão aponta ainda que, em média, 44 homens morrem diariamente em decorrência

da doença. No Brasil, o Câncer de Próstata é o segundo tipo mais incidente entre os homens, atrás apenas do Câncer de Pele não Melanoma.

Embora silenciosa nas fases iniciais, a enfermidade apresenta 90% de chances de cura quando descoberta precocemente. Em entrevista exclusiva ao JS, o Médico Urologista Alan Pascoal Silva Santos destacou os avanços da Medicina no combate à doença e reforçou que o diagnóstico precoce pode elevar a taxa de cura para 95% ou mais.



Médico Urologista Alan Pascoal Silva Santos.

FOTO: DANIELA PALMEIRA

“Diagnosticado precocemente, o paciente tem grande chance de se curar. Ele tem mais chance de se curar do que de ter algum desfecho ruim”, afirmou o Especialista.

Entre os sintomas que podem indicar a presença da doença estão a dificuldade para urinar, a diminuição do jato urinário, o aumento da frequência de idas ao banheiro e a presença de sangue na urina.

O Urologista também ressaltou a necessidade de os homens cuidarem da saúde e romperem o tabu em torno da Saúde Masculina, lembrando que exames preventivos e acompanhamento médico são fundamentais para reduzir os índices da doença e garantir qualidade de vida.

Confira os principais trechos da entrevista.

JORNAL DO SUDOESTE - Para começar, gostaria que o senhor pudesse se apresentar, falar sobre sua Especialidade e compartilhar há quanto tempo trabalha na área?

ALAN PASCOAL SILVA SANTOS - Meu nome é Alan Pascoal Silva Santos, sou Médico Urologista, formado desde 2015 e atuo em Vitória da Conquista. Sou formado pela Universidade Federal Fluminense, no Rio de Janeiro, Residência de Cirurgia Geral pelo Hospital do Servidor Público do Estado de São Paulo, o Iamspe (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual), e Residência de Urologia pelo Hospital Federal de Ipanema, no Rio de Janeiro.

JS - Gostaria que o senhor iniciasse esclarecendo: o que é a Próstata e qual o papel que ela desempenha no organismo masculino?

ALAN PASCOAL SILVA SANTOS - A Próstata é uma Glândula integrante do Sistema Geniturinário Masculino, situada logo abaixo da bexiga e envolvendo a

Uretra, o canal por onde passa a urina. Sua principal função é auxiliar na produção do esperma, sendo responsável por secretar parte do líquido seminal que compõe o sêmen.

JS - Quais são os fatores de risco e a influência do histórico familiar no Câncer de Próstata?

ALAN PASCOAL SILVA SANTOS - Todos os homens estão sujeitos ao risco de desenvolver Câncer de Próstata. A idade é um fator determinante – quanto mais envelhecemos, maior a probabilidade de surgimento da doença. Existem também outros fatores de risco, como o histórico familiar. Se um indivíduo tem um parente de primeiro grau, como pai ou irmão, que teve Câncer de Próstata, a chance de outro membro da família desenvolver a doença pode dobrar. Por isso, o histórico familiar é um aspecto relevante. O tabagismo também é considerado um fator de risco significativo para o Câncer de Próstata. Além disso, homens negros apresentam maior probabilidade de

desenvolver a doença, inclusive suas formas mais agressivas.

JS - Que sinais o paciente deve observar como possíveis indícios do Câncer de Próstata em estágio inicial?

ALAN PASCOAL SILVA SANTOS - A gente sempre prefere receber no consultório um paciente que não apresente nenhum sintoma de Câncer, porque o Câncer de Próstata, em sua fase inicial, é silencioso. Ele não dá sinais, e por isso sua detecção depende dos exames de Toque Retal e PSA. No entanto, quando a doença já evoluiu para um estágio mais avançado, o homem pode começar a sentir dores nos ossos, dor generalizada pelo corpo, pode apresentar sangue na urina, dificuldade para urinar, perda de peso – mas esses sintomas já indicam uma fase mais grave da doença. Por isso, não há uma queixa principal no início, já que o Câncer de Próstata é assintomático em sua fase inicial. Para descobrir, é fundamental reali-

zar os exames.

JS - Na opinião do senhor, quais barreiras culturais e emocionais ainda impedem que os homens cuidem melhor da própria saúde?

ALAN PASCOAL SILVA SANTOS - Historicamente, o homem tende a negligenciar sua própria saúde, deixando-a em segundo plano. Culturalmente, desde sempre, o homem é muito voltado ao trabalho. Já a mulher, tradicionalmente, sempre teve um cuidado maior com a família, o que evidencia uma diferença cultural significativa. E quando o assunto é o Exame de Próstata, ainda existe muito preconceito relacionado à masculinidade. Esse é um dos grandes desafios que enfrentamos: quebrar esse tabu em torno do Exame de Toque, que é extremamente simples e de grande importância. Outro problema relevante é o Sistema Único de Saúde, que infelizmente não consegue atender todos os homens de forma adequada. Muitos até têm interesse em realizar o exame, mas acabam recorrendo à rede privada, já que em diversos municípios o SUS não oferece o serviço de maneira suficiente para atender à demanda local.

JS - Quais exames são indicados para detectar o Câncer de Próstata e como funciona esse diagnóstico?

ALAN PASCOAL SILVA SANTOS - Perfeito. Diferente de outros tipos de Câncer, o Câncer de Próstata é uma doença cuja suspeita pode ser levantada com relativa facilidade. Basta que o paciente procure um profissional da área, que irá realizar uma anamnese – uma entrevista clínica para coletar informações sobre o histórico de saúde do paciente – e, em seguida, solicitar o Exame de Toque Retal, que é fundamental, além do PSA (Antígeno Prostático Específico). Veja, apenas com esses dois exames, o Toque Retal e o PSA, conseguimos ter mais de 90% de chance de identificar uma possível suspeita de Câncer. São exames simples, rápidos e com um excelente poder de triagem. A gente não solicita, por exemplo, exames de Ressonância Magnética ou Ultrassonografia de forma rotineira para detectar o Câncer. Os exames principais continuam sendo o Toque Retal e o PSA. Quando algum desses exames apresenta alteração, aí sim o médico pode solicitar exames complementares para aprofundar a investigação. Pode ser uma Biópsia da Próstata, que é o exame confirmatório, ou uma Ressonância, dependendo do caso. Mas, de forma geral e com muita eficácia, o PSA e o Toque Retal são suficientes para o rastreamento do Câncer de Próstata.

JS - Quando diagnosticado com Câncer, quais são os tipos de tratamento e as chances de cura?

ALAN PASCOAL SILVA SANTOS - Como já foi mencionado, o Câncer de Próstata é uma doença silenciosa. Por isso, quando o homem realiza consultas regulares com o Urologista, caso venha a desenvolver a doença, ela tende a ser identificada ainda em estágio inicial. E quando o Câncer é diagnosticado nessa fase, as chances de cura ultrapassam 90%. Ou seja, ao receber o diagnóstico, o paciente não está recebendo uma sentença de morte. Muito pelo contrário: ele tem uma grande possibilidade de cura, maior até do que a de desenvolver complicações ou desfechos negativos. Agora, se o homem não busca atendimento médico com regularidade e só descobre a doença em estágio avançado, o cenário muda. O tratamento passa a ser diferente. Temos, então, dois momentos distintos: o estágio inicial, que é curável, e o estágio avançado, que não tem cura. Há tratamento, sim, mas não há possibilidade de cura. Para curar o Câncer de Próstata, o principal tratamento é a cirurgia, chamada de Prostatectomia Radical. Nesse procedimento, são retirados a Próstata, as Vesículas Seminais e os Ductos Diferentes. Essa é a abordagem mais comum. Existem outras opções. A Radioterapia também é uma forma eficaz de tratar e curar o Câncer de Próstata. Para os casos menos agressivos, há ainda a vigilância ativa. A vigilância ativa é uma estratégia de acompan-

nhamento em que o paciente é diagnosticado com Câncer de Próstata, mas, por se tratar de um tumor pouco agressivo, não há necessidade imediata de cirurgia ou Radioterapia. O paciente é monitorado de perto, e, se a doença não apresentar progressão, não é necessário realizar nenhum tratamento invasivo. Por outro lado, nos casos mais avançados, é necessário recorrer ao bloqueio hormonal, que consiste em suprimir a produção de testosterona, já que esse hormônio alimenta o crescimento do tumor. Isso pode ser feito com medicamentos que reduzem a produção de Testosterona ou, em casos extremos, com a Castração Cirúrgica – um procedimento que, embora seja muito difícil, ainda é necessário em determinadas situações. Há também a Quimioterapia, indicada para fases mais avançadas da doença. Nesse estágio, o objetivo não é mais a cura, mas sim proporcionar uma melhor qualidade de vida ao paciente e prolongar sua sobrevida.

JS - Considerando a atuação do senhor na Urologia, quais avanços tecnológicos ou médicos têm melhorado os resultados no diagnóstico e tratamento?

ALAN PASCOAL SILVA SANTOS - Olha, no diagnóstico, a gente conta com técnicas modernas como a Ressonância, que ajuda a identificar tumores pequenos e também na localização daquela lesão. Temos o PET Scan, PET-CT, que são exames que auxiliam a gente a descobrir metástases – às vezes metástases pequenas que não conseguimos ver em outros exames de imagem – e que conseguimos detectar através desses exames. Então, esses são alguns dos artifícios que a gente utiliza para melhorar a acurácia na identificação das lesões. Em relação aos tratamentos, a cirurgia é o que praticamente a gente indica na maioria das vezes. O que vai diferenciar muito é que, hoje, a gente tem a introdução da Cirurgia Robótica, que ajuda bastante o cirurgião, porque ela melhora os movimentos durante a cirurgia, o que nos permite muito mais precisão na hora de operar o paciente e, com isso, reduz as sequelas para o paciente. Então, a Cirurgia Robótica vem para auxiliar o cirurgião a realizar uma cirurgia com o mínimo de efeitos colaterais ou danos para o paciente.

JS - Na questão da pessoa com Câncer, por exemplo, a obesidade pode ser um fator de influência no Câncer e a atividade física pode atuar como uma forma de prevenção ou então pelo menos para ajudar na qualidade de vida daquela pessoa?

ALAN PASCOAL SILVA SANTOS - Perfeito. A obesidade aumenta o risco do indivíduo desenvolver o Câncer e, com isso, a atividade física é de fundamental importância para diminuir o risco da pessoa adquirir essa doença. Não vai eliminar o risco, porque todos nós estamos expostos a esse risco de desenvolver a doença, mas sem dúvida nenhuma a atividade física não só vai diminuir o risco de Câncer de Próstata, mas vai ajudar o indivíduo em toda sua esfera e diminuir os riscos de Doenças Cardiovasculares principalmente, que são Infarto, Derrame, dentre outras.

JS - A campanha de Câncer de Próstata foca muito em pessoas com mais de 50 anos, mas homens jovens também podem desenvolver a doença?

ALAN PASCOAL SILVA SANTOS - Isso. Quando a gente fala de Câncer de Próstata, a gente diz assim: a Sociedade Brasileira de Urologia recomenda que todos os homens acima dos 50 anos façam o Exame de Próstata. Aqueles homens que têm os fatores de risco que a gente citou aqui – que são histórico familiar, homens negros, tabagismo, obesidade – esses indivíduos têm que começar o exame aos 45 anos de idade. Agora, quer dizer então que não há Câncer antes dos 45? Existe Câncer antes dos 45. Eu já tive pacientes que tiveram Câncer de Próstata aos 38 anos de idade e, por incrível que pareça, são as formas mais graves da doença quando acometem homens jovens, porque o indivíduo não está esperando que vai ter um Câncer

– ninguém está esperando – mas o jovem, muito menos. E quando ele vai procurar o Serviço de Saúde, já tem queixas, sintomas. E como a gente citou agora há pouco, quando tem sintomas já significa que aquela doença já é uma doença mais avançada, mais grave. E aí as chances de cura diminuem. Então, na verdade, é o seguinte: há uma recomendação de se fazer a partir dos 45 para os que têm fatores de risco. Porém, não é errado o homem procurar o Urologista muito antes dos 45. Até é uma recomendação.

JS - Qual seria, por exemplo, a recomendação do momento ideal de fazer esse exame? Quais são os cuidados para cada faixa etária? O que o senhor recomendaria?

ALAN PASCOAL SILVA SANTOS - Olha, em se tratando de Doenças Urológicas, a gente tem os adolescentes que têm outras doenças que a gente não pode deixar de falar. Trata-se de Saúde do Homem também. Por exemplo, muitos homens chegam no nosso consultório, adultos, jovens, com infertilidade conjugal. E aí ele tinha lá uma Varicocele e nunca foi diagnosticada. E às vezes ele só descobre quando ele vai tentar ter filho e vê que não consegue. E descobre que ele já tinha uma Varicocele desde a infância e não foi tratado. As Doenças Sexualmente Transmissíveis também, os homens muitas vezes não procuram Urologista para fazer uma conscientização, para conhecer melhor essas doenças. Então é importante a gente conscientizar esses homens. Em relação a doenças da Próstata, a gente não enfatiza muito antes dos 40 anos de idade porque é raro acontecer. É raríssimo acontecer um Câncer de Próstata antes dos 40 anos de idade. Mas não é zero essa estatística. Existe uma pequena parcela dos homens que desenvolvem essa doença antes dos 40 anos de idade.

JS - Focando agora na campanha do Novembro Azul, qual a importância dessa campanha para a sociedade?

ALAN PASCOAL SILVA SANTOS - O Câncer de Próstata é um grave problema de Saúde Pública. A gente sabe que no Brasil 70 mil homens são acometidos dessa doença a cada ano, e 16 mil homens morrem todo ano aqui no Brasil em decorrência dessa doença. Nós temos 48 óbitos por dia de Câncer de Próstata. Então é uma catástrofe todo dia de Câncer de Próstata. O que quer dizer que a cada 38 minutos um homem morre de Câncer de Próstata. Então por esses dados a gente vê a importância que é o cuidado e a prevenção. Você não vai prevenir, você não vai deixar de ter a doença. O nosso exame, a consulta com o Urologista, não é para evitar que você tenha a doença, mas é para fazer o diagnóstico precoce. Então se a doença se instalar, logo ela vai ser identificada e portanto vai ser tratada.

JS - Pensando justamente nesses dados que o senhor trouxe, por ser uma doença que assusta. Nesse sentido, qual o papel da família e do apoio social no enfrentamento Do Câncer de Próstata?

ALAN PASCOAL SILVA SANTOS - Então, quando a gente trata do Novembro Azul, a gente pede uma ajuda para as mulheres, para que incentivem os homens, os filhos, os cônjuges, os pais, os tios a procurar o Sistema de Saúde. Então a sociedade se ajudar, e as mulheres são fundamentais para isso. Muitos homens chegam aqui porque a filha marcou a consulta, porque a esposa marcou a consulta, porque se dependesse dele ele não viria. Muitos descobrem que estão vindo ao Urologista quando sentam aqui nessa cadeira e começam a conversar. Porque a dificuldade é tão grande que não pode nem falar para ele que vai ao Urologista, porque aí ele acaba não vindo. Então é de fundamental importância essa ajuda que a sociedade, que as mulheres dão a esses homens para marcar as consultas.

JS - E pensando também nessa parte do papel da família, do acompanhamento, como deve ser a rotina de acompanhamento de uma pessoa que foi diagnosticada COM Câncer de Próstata?

ALAN PASCOAL SILVA SANTOS - Perfeito. Uma vez diagnosticado o Câncer, a gente não tem que ter pânico em relação a isso, basta seguir orientações. O Câncer de Próstata tem 95% de chance de cura, então não é uma doença que vai matar aquele homem e tal. Porque assusta o diagnóstico de Câncer. Todo mundo que recebe um diagnóstico de Câncer acha que sua vida está limitada, que não tem muito o que fazer. Só que no Câncer da Próstata, não - a gente tem muito o que fazer para esse paciente. Então, primeira coisa: fez o diagnóstico, a gente vai fazer todo o encaminhamento, fazer os exames pré-operatórios se for indicar cirurgia, e encaminhar para o Serviço de Urologia onde faz a cirurgia. Aqui a gente costuma encaminhar pelo SUS para o serviço do Unacon (Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia), que é um serviço

do Estado onde faz essas cirurgias, e aí esses pacientes vão ser acompanhados por Oncologistas e Urologistas. Se fizer cirurgia, aí tem uma equipe multidisciplinar, pode haver a necessidade também de Psicólogos. Às vezes, no pós-operatório, vai precisar de Fisioterapia também, Fisioterapia Pélvica para melhorar a continência e tudo mais, mas existe sempre essa necessidade dessa Rede de Apoio com todas as especialidades.

JS - E para finalizar nossa entrevista, qual mensagem de cuidado o senhor gostaria de deixar sobre o Câncer de Próstata?

ALAN PASCOAL SILVA SANTOS - Bom, diante do que a gente disse, é uma doença com 95% de chance de cura e um paradoxo: ainda morre muita gente por essa doença. Então algo não está batendo, algo não

está de acordo. Como é que eu tenho uma doença que é absolutamente curável e ainda morre muita gente? Então o que eu quero deixar aqui é um alerta aos homens que procurem o seu Urologista aos 50 anos de idade, façam seu exame de rotina, não esperem aparecer sintomas, a gente não quer diagnosticar um Câncer num estágio avançado. O exame é simples, é rápido, é indolor e é de extrema importância para a gente. Você fazer um diagnóstico precoce não só vai ser curado, mas também o tratamento é menos invasivo, o tratamento é menos doloroso. Então a recomendação que eu deixo é justamente isso: fazer os exames de rotina a partir dos 50 anos de idade para todos os homens. E aqueles com histórico familiar, os homens negros, os homens tabagistas ou obesos, esses devem começar aos 45 anos de idade a sua rotina de Próstata.



ALAN PASCOAL SILVA SANTOS

Médico Urologista

Atende

Em Vitória da Conquista

Clínica Urolaser – Urologia Avançada

Avenida Otávio Santos, 395 - Sala 202

Recreio

77 34277267

77 99925-7550

Atende em Ibicoara, Macaúbas, Paramirim e Poções,

Graduado em Medicina pela Universidade Federal Fluminense (UFF), no Rio de Janeiro; realizou Residência em Cirurgia Geral no Hospital do Servidor Público do Estado de São Paulo (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - Iamspe) e Especialização em Urologia no Hospital Federal de Ipanema, também no Rio de Janeiro.

“

... Câncer de Próstata, em sua fase inicial, é silencioso. Ele não dá sinais, e por isso sua detecção depende dos exames de Toque Retal e PSA

”

“

... E quando o assunto é o Exame de Próstata, ainda existe muito preconceito relacionado à masculinidade. Esse é um dos grandes desafios que enfrentamos: quebrar esse tabu em torno do Exame de Toque, que é extremamente simples e de grande importância

”

“

A obesidade aumenta o risco do indivíduo desenvolver o Câncer e, com isso, a atividade física é de fundamental importância para diminuir o risco da pessoa adquirir essa doença.

”

“

É raríssimo acontecer um Câncer de Próstata antes dos 40 anos de idade. Mas não é zero essa estatística. Existe uma pequena parcela dos homens que desenvolvem essa doença antes dos 40 anos de idade

”

“

... quando a gente trata do Novembro Azul, a gente pede uma ajuda para as mulheres, para que incentivem os homens, os filhos, os cônjuges, os pais, os tios a procurar o Sistema de Saúde

”

○ **FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE-LESTE**

Fiol 3 terá novo eixo entre Bahia e Goiás e investimento de R\$ 12 bi

■ DA REDAÇÃO *

redacao@jornaldosudoeste.com



FOTO: INFRA S.A.

O Governo Federal vai oficializar a inclusão do novo trecho da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e no Programa Nacional de Desestatização (PND). A medida confirma a alteração do chamado Trecho 3 da Ferrovia, que originalmente ligaria Barreiras (BA) a Figueirópolis (TO).



O novo traçado prevê a conexão entre Correntina (BA) e Mara Rosa (GO), em um eixo de 840 quilômetros. A mudança cria uma rota direta de integração com a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico), em Mato Grosso, reduzindo custos e tempo de transporte.

A decisão foi baseada em análises da Infra S.A. – Empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes – em parceria com a International Finance Corporation (Instituição Financeira Internacional com sede e membro do Grupo Banco Mundial). Os estudos apontaram que o traçado evita a dependência de um longo trecho da Ferrovia Norte-Sul (FNS), onde empresas privadas cobram direito de passagem. A economia operacional estimada é de R\$ 1 bilhão ao longo da concessão.

Do ponto de vista socioambiental, o percurso via Correntina apresenta menos obstáculos, com menor incidência de áreas Indígenas, Quilombolas e de Proteção Ambiental.

Segundo Parecer da Agência Nacional de Transportes Terrestres (Antt), o investimento necessário para a implantação da Fiol 3 é de R\$ 12 bilhões, incluindo obras civis, equipamentos e sistemas de controle.

Com o novo trecho, a Fiol alcançará cerca de 2,4 mil quilômetros até o Porto Sul, em Ilhéus (BA). O Governo Federal considera o corredor estratégico para reduzir custos no transporte de grãos, combustíveis e minérios. O Edital deve ser encaminhado ao Tribunal de Contas da União no início de 2026, com previsão de leilão no primeiro semestre.

* FONTE: SECOM/PR



Jornaldosudoeste

UM CONSULTÓRIO DE ENDOCRINOLOGIA EM **BRUMADO** *(para chamar de seu!)*

Atendimento de
Segunda a Sexta

Confira nossos
horários

DRA. NATHALE PRATES
ENDOCRINOLOGIA

HORÁRIOS DE Atendimento

- Segundas-Feiras** MANHÃ
- Terças-Feiras** MANHÃ
- Quartas-Feiras** TARDE
- Quintas-Feiras** MANHÃ E TARDE
- Sextas-Feiras** MANHÃ



Rua Coronel Paulino Chaves, 255
Centro | Brumado - BA
Clínica ProBeauty.
(Prox. à Praça do Jurema)



Agendamento de consultas
Via WhatsApp
(71) 99209-7355



ANTÔNIO NOVAIS TORRES

Escritor

FUMANTE PASSIVO

Dona Benvinda, minha mãe, contraiu a enfermidade bronquiectasia pulmonar, talvez por uma pneumonia não tratada adequadamente. No lugar onde morava não havia médico e os remédios eram indicados por um prático da farmácia local.

Quando ela veio morar conosco, diante de suas queixas, foram feitos exames, inclusive de imagens. Constatado o problema, o pneumologista receitou os medicamentos específicos, e as recomendações necessárias.

Nesse tempo, postados na sala para assistirmos na TV, os programas e a novela de então, eu fumava alguns cigarros e a sala ficava impregnada de fumaça, que os presentes, inclusive as crianças, a inalavam, e era nocivo ao sistema respiratório, eram fumantes passivos. Minha mãe queixava-se de ardência e ou inflamação no nariz.

Preocupado com a situação, a levei para consulta com um pneumologista, que fez várias recomendações, primeiro, deixar de fumar, e evitar locais públicos de muita concentração de pessoas, inclusive fumantes, a nicotina é uma substância prejudicial à saúde, causa dependência.

Dona Benvinda respondeu: - Doutor, eu nunca fumei.

Na sua radiografia consta que seu pulmão está impregnado de nicotina.

Ao explicar o fato ao médico, ele recomendou não ficar perto de fumante, pois, também seria vítima, fumante passiva.

-- O melhor mesmo dona Benvinda é que seu filho faça o sacrifício de eliminar o cigarro, para contemplar a saúde de ambos.

Prescreveu a medicação pertinente e repetiu as recomendações.

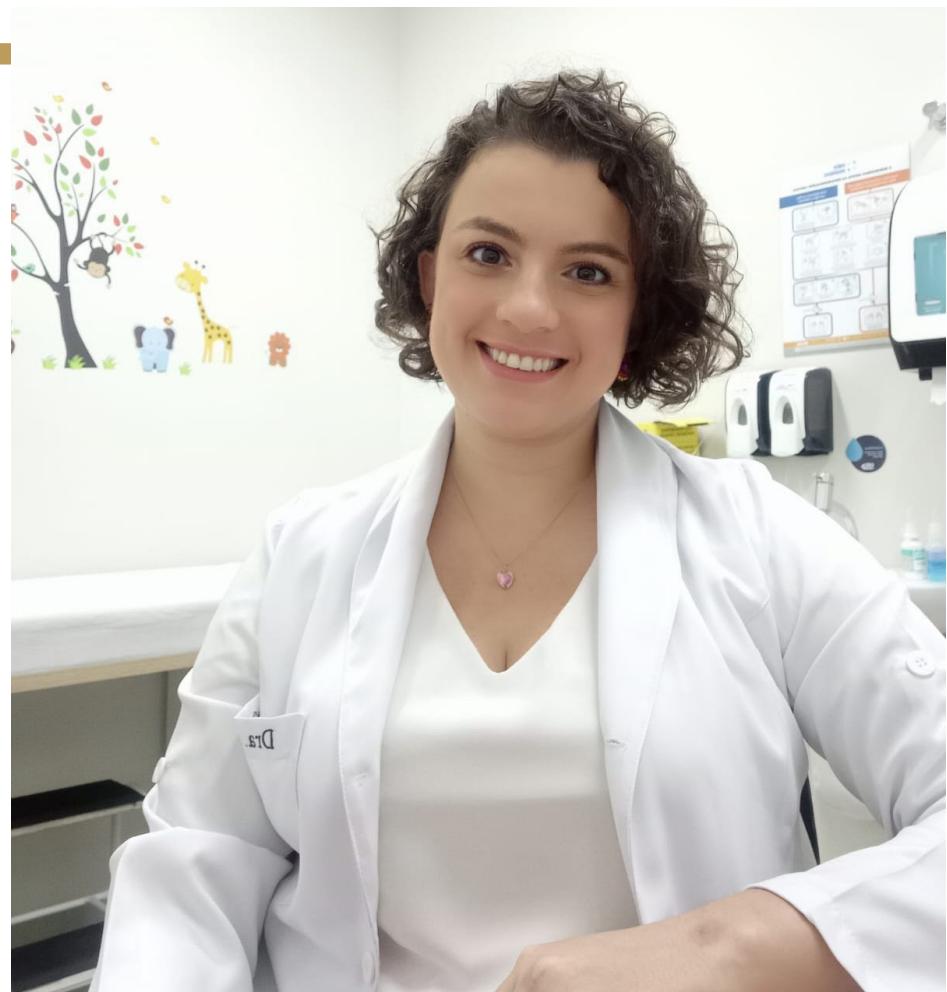
É difícil livrar-se do vício, mas devido aos conselhos médicos para evitar o problema e as vantagens de abandonar o cigarro, me convenci dessa necessidade, o que me motivou parar de fumar e eliminar os problemas de saúde decorrentes do tabagismo. A minha genitora ficou agradecida pela minha decisão fundamental.

A partir desse momento me livrei das causas negativas do tabagismo como por exemplo o olfato e o paladar, sentir o cheiro e o sabor dos alimentos, o odor forte no corpo e no hábito, entre outros.

Proibição de fumar é um regulamento interno ou uma legislação sobre o tabagismo pelo qual se restringe o uso de tabaco em locais determinados, devido à proteção da saúde de não-fumadores, vítimas de tabagismo passivo. A primeira proibição de cigarro pública conhecida na história parte do Papa Urbano VII que, em seu curto reinado papal de apenas 13 dias, baniu o ato de fumar em igrejas e ameaçou os fumadores de excomunhão. (Wikipédia).

Você conhece o médico hebiatra? Saiba por que ele é essencial para os adolescentes

Pág. 25



Fiol 3 terá novo eixo entre Bahia e Goiás e investimento de R\$ 12 bi

Págs. 37 e 38



Alta nos partos prematuros revela deficiências no atendimento pré-natal, aponta Pediatra conquistense

Pág. 20 a 22

ARTIGO

ADRIANA RAMALHO

Juventude em risco: o impacto da violência urbana na saúde mental dos adolescentes

Pág. 26 e 27

